

Sustentabilidade: a energia que impulsiona o nosso crescimento

Resultados Financeiros Consolidados:

Receita Bruta
R\$ 3,5 bilhões

Geração de Caixa
R\$ 591,0 milhões

Lucro Líquido
R\$ 212,1 milhões

Investimentos
R\$ 474,3 milhões



Núcleo Regional de Patos, com Certificação Internacional Leed - nível Prata, concedido pela United States Green Building Council Brasil. Primeiro "prédio verde" no Estado da Paraíba.

Demonstrações Financeiras 2011

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2011, em sintonia com o crescimento econômico do mercado interno doméstico, o Brasil iniciou o ano com a ameaça da inflação e no limite da capacidade de endividamento. Diante deste cenário, a política econômica visou ao desaquecimento da economia, por meio de instrumentos clássicos de aumento das taxas de juros e encarecimento do crédito. Aliado a crise internacional que se intensificou ao longo do exercício de 2011, o País vivenciou a perda da produção industrial e a consequente redução do consumo de energia elétrica.

Mesmo assim, a Energisa S/A, acompanhando sua condição confortável de caixa, soube expandir seus negócios no ano, seja por investimentos em novos segmentos de atuação, seja pela busca incessante de eficiência nos mercados em que já estava presente, com investimentos de R\$ 474,6 milhões. Como resultado, a receita operacional bruta consolidada da Companhia avançou 12,5% para R\$ 3.546,6 milhões no ano, a geração de caixa (EBITDA ajustado) alcançou R\$ 591,0 milhões e o lucro líquido chegou ao patamar de R\$ 212,1 milhões, com alta de 9,0% em relação a 2010.

Tal crescimento se relaciona tanto à expansão do mercado de energia elétrica, fundamentalmente o mercado residencial de energia nos mercados próprios da Energisa S/A e de suas subsidiárias – houve expansão de 6,6% sobre as vendas nesta categoria de consumo em 2011 –, quanto à comercialização de energia produzida por um parque gerador em desenvolvimento pela Companhia, voltado para a oferta de energia limpa e renovável a partir de fontes alternativas.

Em linha com a estratégia de alcançar 500 MW de capacidade instalada de geração de energia, por meio de fontes renováveis, até 2017, a Energisa S/A assinou contratos em dezembro de 2011 que possibilitarão a adquirir 85% de dois empreendimentos com capacidade instalada de 110 MW, já operacionais, de cogeração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar. A Companhia poderá expandir tais unidades de geração podendo alcançar a capacidade instalada de 170 MW, diversificando suas atividades geradoras, sempre priorizando projetos pautados pelo respeito ao ambiente e baixo impacto ecológico nas regiões em que se localizam. Os investimentos nessa área atingirão R\$ 490 milhões, dos quais R\$ 140 milhões relacionados à aquisição dos ativos e projetos. A conclusão dessa transação está sujeita ao cumprimento de algumas condições precedentes usuais em negócios desta natureza.

A Energisa S/A deu ainda andamento a seus projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Em fevereiro de 2011, a operação comercial da PCH Caju foi iniciada; em novembro, foi a vez da PCH São Sebastião do Alto e, em fevereiro de 2012, iniciaram-se as operações da PCH Santo Antônio. Juntas, as três usinas acrescentam capacidade instalada total de 31,2 MW e produção anual de 157,4 GWh ao parque gerador da empresa. A Companhia também lançou em outubro a pedra fundamental para a construção de um quarto empreendimento, a PCH Zé Tunin, com 8 MW de potência, na bacia do Rio Grande, com previsão de início de operação comercial para fevereiro de 2013 e investimentos da ordem de R\$ 65 milhões. Além disso, a Energisa S/A adquiriu, em dezembro de 2011, a SPE Cristina Energia S/A, proprietária da PCH Cristina, de potência instalada de 3,8 MW. Em uma terceira vertente, a Energisa S/A firmou contratos para a implantação, operação e manutenção de cinco parques eólicos, com capacidade total de 150 MW - Central Eólica Renascença I, II, III, IV e Central Eólica Ventos de São Miguel - localizados no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, que demandarão investimentos de R\$ 560 milhões. Outro fato que merece destaque é o crescimento em 2011 do portfólio da subsidiária Energisa Comercializadora, que encerrou o ano com cerca de 84 MW médios negociados em caráter, o equivalente a um aumento de mais de 80% em relação ao verificado em 2010. A empresa, criada em outubro de 2005, atua na área de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, negociando energia e prestando serviços tanto para os projetos próprios do Grupo Energisa, quanto para projetos de terceiros. A empresa também atua como braço de apoio do Grupo Energisa para o crescimento em geração de energia elétrica. Com os resultados de 2011, a Energisa Comercializadora já figura como a quarta empresa em energia faturada do Grupo Energisa.

O desempenho no ano também se deve ao foco em excelência operacional, característica marcante do Grupo Energisa. Em 2011, a Companhia continuou reduzindo gradativamente as perdas energéticas em seu mercado cativo, tendo sido alcançado mais um recorde histórico: 11,05%, com ganho de 1,43 ponto percentual em relação ao ano anterior. Por mais um exercício, a Energisa Paraíba liderou a evolução nesse critério, com redução de 2,63 pontos percentuais. Nos últimos cinco anos, as perdas nessa distribuidora foram reduzidas, de modo bastante significativo, de 20,43%, em 2006, para 13,68%, em 2011.

O comprometimento da Energisa S/A com seus consumidores faz-se sentir nos altos índices de aprovação que suas subsidiárias conquistam em pesquisas realizadas pelo Instituto Innovare: todas pontuaram acima da média nacional no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), organizado em conjunto com a Abradee. A Energisa Minas Gerais, inclusive, registrou o maior índice dentre todas as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores – equivalente a 88,4% de aprovação.

Confiante na capacidade da economia brasileira, a Energisa S/A espera para 2012 um ambiente propício para a realização dos investimentos necessários para a consolidação de seus projetos, com o objetivo de incrementar continuamente a geração de valor para seus acionistas.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Energisa S/A apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício fiscal de 2011, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 8 de março de 2012.

1 - DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

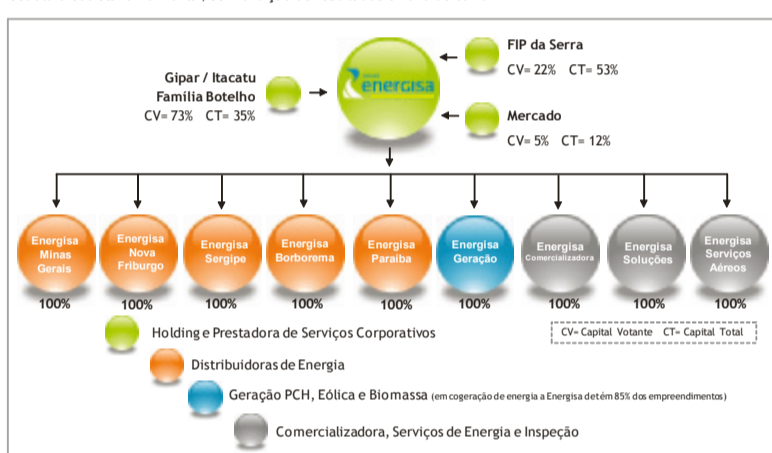
Os principais indicadores do desempenho econômico-financeiro consolidado da Energisa S/A são apresentados a seguir:

Descrição	2011	2010	Variação %
Resultados e Margens – R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	3.546,6	3.151,3	+ 12,5
Receita Operacional Líquida	2.426,6	2.154,3	+ 12,6
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	423,4	363,9	+ 16,4
Resultado Líquido	(156,2)	(99,5)	+ 57,0
Lucro Líquido	212,1	194,6	+ 9,0
EBITDA	554,9	508,1	+ 9,2
EBITDA Ajustado (*)	591,0	542,2	+ 9,0
Margem de EBITDA Ajustada (%)	24,7	25,2	- 0,5 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	4.260,3	3.634,2	+ 17,2
Caixa / Aplicações Financeiras / Equivalentes	747,2	564,4	+ 32,4
Patrimônio Líquido	1.304,3	1.188,2	+ 9,8
Investimentos	474,6	365,5	+ 29,8
Dívida Líquida (inclui Notas Perpétuas)	1.602,8	1.306,2	+ 22,7
Dívida Líquida (exclui Notas Perpétuas)	1.230,8	1.306,2	- 5,8
Dívida Líquida (exclui Notas Perpétuas) / EBITDA Ajustado	2,1	2,4	- 12,5
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	2.453	2.338	+ 4,9
Energia associada aos Consumidores Cativos (GWh)	7.328	7.133	+ 2,7
Energia Elétrica Distribuída (GWh)	9.983	9,262	+ 7,8
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	11,05	12,48	- 1,43 p.p.

(*) EBITDA Ajustado: definido como EBITDA mais receitas de acréscimos moratórios.

2 - ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Energisa S/A possui estrutura societária horizontal, sem diluição de resultados e fluxo de caixa:



3 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E SETOR ELÉTRICO

A atividade econômica do Brasil exibiu diversos sinais de desaquecimento em 2011. Em dezembro, o índice de utilização da capacidade instalada da indústria caiu ao menor nível desde junho de 2009, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com isso, a projeção de crescimento para o PIB brasileiro foi reduzida para 3,8% no ano, com relação a 2010 – ano em que a economia brasileira se expandiu a um ritmo de 7,5%. Em vista da piora de indicadores econômicos e do cenário global pouco incerto, o Banco Central iniciou em 2011 um processo paulatino de cortes da taxa básica de juros Selic, que fechou o mês de dezembro em 11,0% ao ano. As preocupações relativas a pressões inflacionárias, já testemunhadas em 2010, persistiram ao longo de 2011, e o IPCA avançou 6,5% e atingiu topo da meta oficial.

Como reflexo da redução da atividade, o consumo nacional de energia elétrica cresceu a um ritmo menos acentuado e totalizou 430.106 GWh em 2011, alta de 3,6% em relação ao ano anterior. Parte dessa expansão é justificada pelo consumo das famílias e do comércio, que aumentaram 4,6% e 6,3%, na comparação com 2010.

4 - DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 – Evolução do mercado de energia

A energia elétrica total distribuída pela Energisa em 2011 somou 9.983,8 GWh, representando um aumento de 7,5% em relação a 2010. Contribuíram para este desempenho as vendas no mercado livre, em especial as vendas relacionadas aos diversos projetos de geração da Companhia, que condicionou uma expansão de 67,7% no mesmo período, para 764,3 GWh. Já as vendas de energia elétrica no mercado próprio da Companhia totalizaram 7.328,3 GWh em 2011 (1.917,3 GWh no 4T11) – um avanço de 2,7% em relação ao ano anterior. O consumo doméstico se manteve em expansão ao longo do exercício e as vendas para o segmento residencial cresceram 6,6% no ano. Destacada para a controladora Energisa Paraíba, cujas vendas residenciais aumentaram 8,3% nesse mesmo período.

A energia associada aos consumidores livres (origem das receitas de disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição), basicamente industriais, somou 1.379,6 GWh no ano, com avanço de 2,9% na mesma base de comparação.

Mercado Consolidado de Energia Elétrica por Segmento (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Var. %	2011	2010	Var. %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	1.917,3	1.869,7	+ 2,5	7.328,3	7.132,6	+ 2,7
* Residencial	710,4	674,5	+ 5,3	2.764,6	2.592,8	+ 6,6
* Industrial	366,3	382,0	- 4,1	1.419,6	1.488,5	- 4,6
* Comercial	370,4	352,4	+ 5,1	1.384,1	1.337,4	+ 3,5
* Rural	135,1	138,7	- 2,6	464,6	471,9	- 1,6
* Outras classes	335,1	322,1	+ 4,0	1.295,4	1.242,0	+ 4,3
b) Suprimento de Energia Elétrica	78,5	183,6	- 57,2	482,6	343,6	+ 40,5
c) Fornecedor não Faturado Líquido	14,5	26,3	- 44,9	1,0	(10,5)	-
d) Vendas de energia no Mercado Livre	224,8	137,7	+ 63,3	764,3	455,8	+ 67,7
e) Vendas Totais de Energia (a+b+c+d)	2.235,1	2.217,3	+ 0,8	8.576,2	7.921,5	+ 7,5
f) Energia associada aos Consumidores Livres	1.379,6	1.353,9	+ 3,3	1.379,6	1.340,4	+ 2,9
g) Energia Elétrica Total Distribuída (e+f)	2.600,7	2.571,2	+ 1,1	9.955,8	9.261,9	+ 7,5

A demanda do mercado de energia por distribuidora e por classe de consumo em 2011 foi a seguinte:

Mercado de Energia Elétrica das Distribuidoras em 2011 (Em GWh)

Descrição	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	Exercício	
						2011	2010
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	1.076,1	318,3	2.162,0	601,8	3.170,1		
Varição % das Vendas	- 3,0	- 4,0	+ 5,7	+ 0,1	+ 4,1		
b) Suprimento de Energia Elétrica	47,8	-	304,0	30,1	101,6		
c) Fornecedor não Faturado Líquido	(1,4)	(0,3)	2,8	0,3	(0,4)		
d) Vendas Totais de Energia Elétrica (a+b+c)	1.122,5	318,0	2.468,8	632,2	3.271,3		
f) Energia associada aos Consumidores Livres	311,9	-	661,4	-	406,3		
Varição % Demanda dos Consumidores Livres - % (*)	+ 10,5	-	+ 4,2	-	+ 4,0		
g) Energia Elétrica Total Distribuída (d+f)	1.434,4	318,0	3.130,2	632,2	3.677,6		
Varição da Energia Total Distribuída - % (*)	+ 0,6	- 3,7	+ 5,3	+ 3,6	+ 6,0		

(*) Varição % em relação a 2010

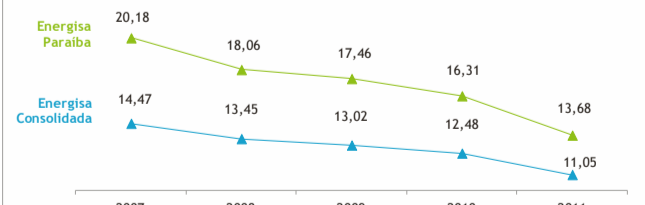
EMG – Energia Minas Gerais / ENF – Energisa Nova Friburgo / ESE – Energisa Sergipe / EBO – Energisa Borborema / EPB – Energisa Paraíba

4.2 – Perdas de energia

A Energisa S/A deu continuidade em 2011 ao processo de redução de perdas energéticas nas suas distribuidoras. Os esforços engendrados resultaram em uma queda das perdas consolidadas de energia elétrica para o patamar de 11,05% no ano, uma melhoria de 1,43 ponto percentual em relação a 2010. Trata-se do melhor resultado na história da Companhia, que, em 2008, colocou em operação o Centro de Inteligência no Combate às Perdas (CICOP), cujo trabalho está voltado para a definição de estratégias de controle de perdas não técnicas de energia.

A Energisa Paraíba destacou-se com uma redução de 2,63 pontos percentuais e encerrou o ano com perdas totais de 13,68% - índice 6,50 pontos percentuais menor que o registrado há cinco anos. Nas demais distribuidoras controladas pela Companhia, as perdas em 2011 se situaram nos seguintes níveis: Energisa Minas Gerais – 9,44%; Energisa Nova Friburgo – 5,44%; Energisa Borborema – 7,58%; Energisa Sergipe – 10,19%.

O gráfico a seguir mostra a evolução das vendas consolidadas de energia elétrica nos últimos cinco anos do Grupo Energisa e, particularmente, das perdas de energia da controladora Energisa Paraíba, que vem se destacando na melhoria de seus índices:

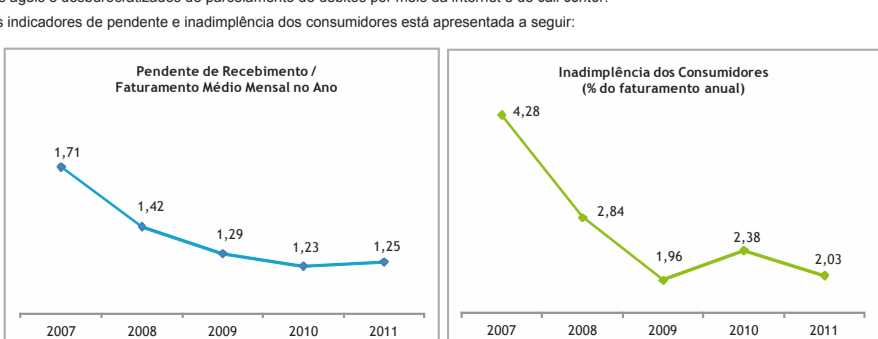


4.3 - Gestão de recebíveis

As distribuidoras do Grupo Energisa mantiveram em 2011 bons resultados nos indicadores que medem a inadimplência dos consumidores, como reflexo da atenção permanente para as ações de cobrança das contas de energia elétrica. Destaca-se que o esforço de cobrança preserva o bom relacionamento com o cliente e o atendimento de cerca de 352 profissionais treinados e que possuem a cortesia no atendimento como valor básico de desempenho de suas funções, assim como observam os princípios da economia de escala das operações. O objetivo das unidades de cobrança não é o corte indiscriminado e sim de promover a adimplência por meio da persuasão e negociação.

A infraestrutura colocada à disposição para o pagamento da conta de energia elétrica atinge 2.806 pontos de recebimento em todo o Grupo, somados à disponibilidade de mecanismos ágeis e desburocratizados de parcelamento de débitos por meio da internet e do call center.

A evolução dos indicadores de pendente e inadimplência dos consumidores foi a seguinte:



4.4 - Relacionamento com consumidores – excelência no atendimento

O comprometimento da Energisa S/A e suas controladas com a excelência na prestação do serviço e no relacionamento com clientes resultou, por mais um ano, em altos índices de satisfação em pesquisas conduzidas pelo Instituto Innovare, sob coordenação da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

ordem de R\$ 65 milhões. Além disso, a Energisa S/A adquiriu, em dezembro de 2011, a SPE Cristina Energia S/A, proprietária da PCH Cristina, de potência instalada de 3,8 MW. Em uma terceira vertente, a Energisa S/A firmou contratos para a implantação, operação e manutenção de cinco parques eólicos, com capacidade total de 150 MW - Central Eólica Renascença I, II, III, IV e Central Eólica Ventos de São Miguel - localizados no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, que demandarão investimentos de R\$ 560 milhões. Outro fato que merece destaque é o crescimento em 2011 do portfólio da subsidiária Energisa Comercializadora, que encerrou o ano com cerca de 84 MW médios negociados em caráter, o equivalente a um aumento de mais de 80% em relação ao verificado em 2010. A empresa, criada em outubro de 2005, atua na área de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, negociando energia e prestando serviços tanto para os projetos próprios do Grupo Energisa, quanto para projetos de terceiros. A empresa também atua como braço de apoio do Grupo Energisa para o crescimento em geração de energia elétrica. Com os resultados de 2011, a Energisa Comercializadora já figura como a quarta empresa em energia faturada do Grupo Energisa.

O desempenho no ano também se deve ao foco em excelência operacional, característica marcante do Grupo Energisa. Em 2011, a Companhia continuou reduzindo gradativamente as perdas energéticas em seu mercado cativo, tendo sido alcançado mais um recorde histórico: 11,05%, com ganho de 1,43 ponto percentual em relação ao ano anterior. Por mais um exercício, a Energisa Paraíba liderou a evolução nesse critério, com redução de 2,63 pontos percentuais. Nos últimos cinco anos, as perdas nessa distribuidora foram reduzidas, de modo bastante significativo, de 20,43%, em 2006, para 13,68%, em 2011.

O comprometimento da Energisa S/A com seus consumidores faz-se sentir nos altos índices de aprovação que suas subsidiárias conquistam em pesquisas realizadas pelo Instituto Innovare: todas pontuaram acima da média nacional no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), organizado em conjunto com a Abradee. A Energisa Minas Gerais, inclusive, registrou o maior índice dentre todas as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores – equivalente a 88,4% de aprovação.

Confiante na capacidade da economia brasileira, a Energisa S/A espera para 2012 um ambiente propício para a realização dos investimentos necessários para a consolidação de seus projetos, com o objetivo de incrementar continuamente a geração de valor para seus acionistas.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

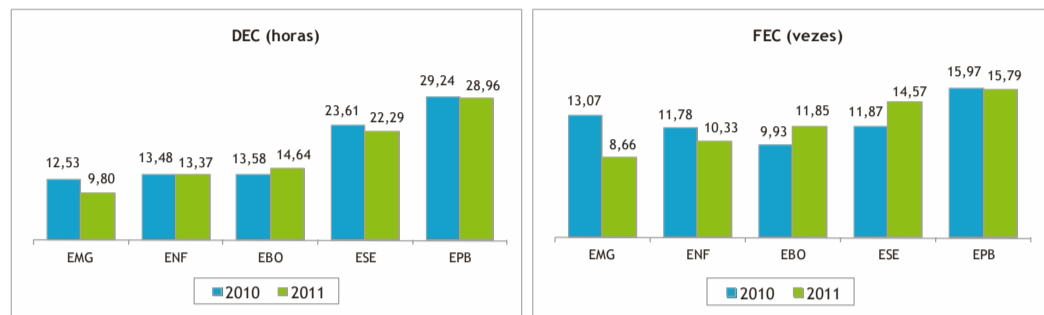
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2011, a Energisa Minas Gerais conquistou aprovação de 88,4 pontos no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) – maior nota alcançada entre empresas com mais de 500 mil consumidores. Foi também o sexto melhor desempenho dentre as 49 distribuidoras de energia elétrica que atuam no Brasil.

As demais subsidiárias da Energisa alcançaram índices de aprovação superiores à média nacional (76,6 pontos). A Energisa Sergipe e Energisa Paraíba (empresas com mais de 500 mil consumidores) tiveram índices de 82,6 e 78,5, respectivamente. Energisa Borborema e Energisa Nova Friburgo (empresas com até 500 mil consumidores) atingiram 84,6 e 78,3 pontos de aprovação, respectivamente.

4.4.1 – DEC e FEC

4.4.1.1 – DEC e FEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), que avaliam o desempenho técnico e qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, assim se situam no Grupo Energisa:

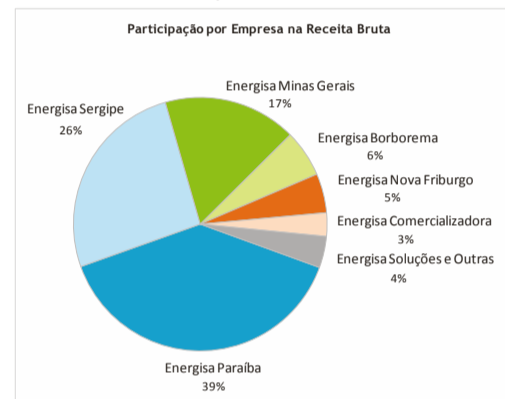


5 - DESEMPENHO FINANCEIRO

5.1 – Receita operacional bruta

O aumento das vendas de energia e serviços nas diversas controladas da Energisa S/A condicionou um crescimento significativo da receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 3.546,6 milhões em 2011 (R\$ 979,8 milhões no 4T11), acréscimo de 12,5% (ou R\$ 395,3 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior. No 4T11, o aumento da receita operacional bruta foi de 14,8%, ou seja, de R\$ 126,5 milhões.

As receitas advindas das operações de distribuição de energia nas diversas controladas totalizaram 95,1% da receita operacional bruta consolidada da Companhia. As participações de cada subsidiária no total estão detalhadas a seguir:



5.2 – Reajustes tarifários

Em 2011, o Grupo Energisa obteve reajustes nas tarifas das suas distribuidoras de energia elétrica, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores: 14,61% na Energisa Borborema, em 7 de fevereiro; 11,42% na Energisa Sergipe, em 22 de abril; 2,73% na Energisa Minas Gerais e 12,85% na Energisa Nova Friburgo, em 18 de junho; e 7,46% na Energisa Paraíba, em 26 de agosto.

5.3 - Despesas operacionais

5.3.1 - Despesas operacionais consolidadas na distribuição, geração e serviços

Em 2011, as despesas operacionais consolidadas na distribuição, geração e serviços atingiram R\$ 1.745,7 milhões, crescimento de 9,7% (ou R\$ 154,4 milhões) em relação a 2010. No 4T11, o aumento destas mesmas despesas foi de 8,3% (ou R\$ 63 milhões).

5.3.1.1 - Despesas controláveis consolidadas na distribuição, geração e serviços

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição, geração e serviços aumentaram 12,9% (ou R\$ 49,2 milhões) em 2011, incluídos acordos trabalhistas celebrados nas empresas do Grupo Energisa que atuam no Sudeste, no montante de R\$ 6,3 milhões. No 4T11, o aumento das despesas controláveis foi de 8,2% (ou R\$ 10,1 milhões).

5.3.2 - Custos de construção

Com o novo padrão contábil implantado em 2009 (IFRS), as distribuidoras do Grupo Energisa passaram a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuído a esta atividade margem zero. Em 2011, os custos de construção totalizaram R\$ 265,1 milhões (R\$ 71,0 milhões no 4T11), contra R\$ 200,1 milhões em 2010 (R\$ 56,9 milhões no 4T10).

5.3.3 - Despesas operacionais consolidadas totais

Em 2011, as despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$ 2.010,8 milhões, crescimento de 12,2% (ou R\$ 219,4 milhões) em relação a 2010. No 4T11, o aumento das despesas operacionais consolidadas foi de 10,2% (ou R\$ 50,7 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Decomposição das despesas operacionais (R\$ milhões)	4T11	4T10	Var. em R\$ milhões	2011	2010	Var. em R\$ milhões
R\$ milhões						
1 - Despesas controláveis	183,1	123,0	+ 10,1	431,7	382,5	+ 29,2
1.1 Pessoal	80,7	76,9	+ 3,8	257,4	234,1	+ 23,3
1.2 Material	10,4	9,3	+ 1,1	34,3	30,0	+ 4,3
1.3 Serviços de terceiros	42,0	36,8	+ 5,2	140,0	118,4	+ 21,6
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	203,6	279,6	+ 24,0	1.132,6	1.029,5	+ 103,1
3 - Depreciação e amortização	29,2	42,3	- 13,1	131,5	144,2	- 12,7
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(1,5)	(18,3)	+ 16,8	0,5	(15,2)	+ 15,7
5 - Despesas com Fundo de Consumo	4,6	3,8	+ 0,8	11,1	10,6	+ 0,5
6 - Outras despesas	9,8	11,8	- 2,0	38,3	39,7	- 1,4
Subtotal	478,8	442,2	+ 36,6	1.745,7	1.591,3	+ 154,4
7 - Custo de construção	71,0	265,1	+			

As principais propriedades e indicadores operacionais das distribuidoras do Grupo Energisa estão apresentados na tabela a seguir:

Principais propriedades e indicadores operacionais em 31 de dezembro de 2011						
Descrição	Energisa					
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	Consolidada
Área de Concessão (Km2)	16.331	1.000	17.465	1.789	54.595	91.180
Municípios Atendidos	66	1	63	6	216	352
Número de Consumidores Cativos (mil)	394	94	625	172	1.168	2.453
População Atendida (mil)	979	182	1.771	483	3.284	6.699
Propriedades na Transmissão						
Km de Linhas 69 kV	487	16	1.017	3	2.089	3.612
Km de Linhas 138 / 230 kV	582	-	7	-	-	589
Total de Km de Linhas	1.069	16	1.025	3	2.089	4.202
Propriedades na Distribuição						
Número de Subestações	44	6	27	2	61	140
Potência nas Subestações (MVA)	878	127	561	50	979	2.595
Alimentadores	161	28	124	27	275	615
Postes de Rede de Distribuição	234.041	32.938	335.418	82.289	887.276	1.571.962
Transformadores de Distribuição	55.537	3.347	34.841	3.161	47.457	144.343
Capacidade Instalada nos Transformadores (MVA)	1.000	151	642	126	1.055	2.974
Km de Linhas e Redes de Distribuição	25.469	1.849	25.185	4.976	64.867	122.346

8.1 - Pequenas Centrais Hidrelétricas

Em 2011, a Energisa S/A finalizou a construção de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): a PCH Caju, que entrou em operação comercial em fevereiro, com potência instalada de 10 MW, e a PCH São Sebastião do Alto, com potência instalada de 13,2 MW, que iniciou operação em novembro. Ambos os empreendimentos, de baixo impacto ambiental, estão localizados na bacia do Rio Grande, no estado do Rio de Janeiro, e toda energia gerada já está contratada a longo prazo por consumidores livres.

Em 4 de fevereiro de 2012, a PCH Santo Antônio, localizada no município de Bom Jardim (RJ), entrou em operação comercial com duas turbinas que possuem capacidade conjunta para produção de 8 MW de energia e geração anual de 42,0 GWh. Este é o último dos três projetos que estavam em construção na bacia do Rio Grande, associado às PCHs Caju (10 MW, em operação desde fevereiro de 2011) e São Sebastião do Alto (13,2 MW, em operação desde setembro de 2011). Juntas, as três usinas possuem 31,2 MW de capacidade instalada e produção anual de 157,4 GWh.

Além disso, em 10 de outubro de 2011, a Energisa S/A lançou a pedra fundamental para construção da PCH Zé Tunin, que estará localizada na bacia do Rio Pomba, no município de Guarani (MG), e demandará investimentos da ordem de R\$ 65 milhões. A potência instalada do empreendimento deverá equivar a 8 MW, com duas unidades geradoras de 4 MW cada. A produção anual da usina totalizará 43,2 GWh por ano. A operação comercial da PCH Zé Tunin está prevista para ter início em fevereiro de 2013.

Por fim, a Companhia anunciou, em 29 de dezembro de 2011, que adquiriu a totalidade do capital social da SPE Cristina Energia S/A, que opera uma Pequena Central Hidrelétrica localizada no município de Cristina, no Estado de Minas Gerais. A PCH Cristina tem potência instalada de 3,8 MW e energia assegurada de 2,04 MW médios. O investimento total da Energisa S/A na aquisição, incluindo passivos constituídos, será de aproximadamente R\$ 22,0 milhões.

8.2 - Energia eólica

A Energisa S/A consolidou, em 2011, sua presença no mercado de geração de energia elétrica por fonte eólica no Brasil, segmento em que ingressou em 2010. A Companhia assinou contrato com a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda para a implantação, operação e manutenção de cinco parques eólicos - Central Eólica Renascença I, II, III, IV e Central Eólica Ventos de São Miguel - localizados no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte.

Para desenvolver essas unidades, a Energisa S/A investirá um montante total de R\$ 560 milhões. Juntos, os cinco parques terão capacidade instalada total de 150 MW e produção anual de 727 GWh. A partir de 2013, a Energisa vai comercializar 59,7 MW médios, com potência instalada de 150 MW, ao preço de R\$ 136,00/MWh.

8.3 - Cogeração de energia

O portfólio de projetos de geração de energia sustentável da Energisa S/A foi ampliado em 22 de dezembro de 2011 com a assinatura do contrato que visa a aquisição de 85% de duas usinas termelétricas movidas à biomassa de cana-de-açúcar pertencentes à Tonon Bioenergia, localizadas em Bocaina (SP) e Maracaju (MS). Os dois empreendimentos já se encontram em operação.

Na transação, a Energisa S/A adquiriu também o direito de expandir essas duas unidades já existentes e construir e explorar comercialmente, em sua totalidade, outras duas termelétricas a serem implantadas nos mesmos locais.

As unidades que já estão em funcionamento têm capacidade instalada total de 60 MW. A expansão dos projetos existentes e a instalação das novas usinas deverão adicionar 110 MW ao parque gerador da Energisa S/A, quando concluídas. A operação comercial das expansões deve ser iniciada no primeiro semestre de 2014.

O investimento total da Energisa nesses projetos será de aproximadamente R\$ 490 milhões, sendo R\$ 140 milhões o valor da aquisição dos ativos e projetos. A conclusão dessa transação está sujeita ao cumprimento de algumas condições precedentes usuais em negócios desta natureza.

8.4 - Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica

Em 2011, as distribuidoras do Grupo Energisa efetivaram 11.746 ligações de energia elétrica em suas áreas de atuação, relativas ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, com investimentos de R\$ 35,0 milhões. Desde o início do programa, em 2004, até dezembro de 2011 foram efetuadas 142.222 ligações, correspondendo a 89,8% do total previsto no programa, com investimentos de R\$ 603,5 milhões, dos quais R\$ 510,8 milhões são provenientes do Governo Federal e de Governos Estaduais. Na área de concessão da Energisa Minas Gerais e da Energisa Paraíba, o programa foi concluído em 2011, com o cumprimento das metas previstas nos contratos firmados com os Governos Federal e Estaduais.

Descrição	Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica					
	EMG	ENF	ESE ⁽¹⁾	EBO	EPB	Total
Consumidores a atender	27.097	497	51.274	2.399	61.269	142.536
Ligações executadas entre 2004 e 2010	25.848	497	48.057	2.399	53.675	130.476
Ligações em 2011	1.249	-	2.903	-	7.594	11.746
Total de ligações já executadas	27.097	497	50.960	2.399	61.269	142.222
Consumidores a atender	-	-	314	-	-	314
Ano de conclusão	2011	2006	2012	2008	2011	-
Investimentos 2004 a 2011 (R\$ milhões)	104,8	3,3	244,7	7,9	242,8	603,5

(*) Na Energisa Sergipe, a conclusão do Programa foi postergada para junho de 2012, conforme Decreto nº 7.656, de 23/12/11, da Presidência da República.

9 - RECURSOS HUMANOS

O Grupo Energisa investe fortemente na área de Recursos Humanos (RH), com o objetivo de permanecer competitivo no mercado em que atua, consolidando e aprimorando expertises que valorizam o negócio, proporcionando crescimento com segurança e solidez. O Grupo Energisa encerrou o ano de 2011 com 5.561 colaboradores, sendo 4.881 diretos e 680 terceirizados.

Empresa	Colaboradores Diretos	Terceirizados	Total
Energisa Paraíba	2.183	334	2.517
Energisa Sergipe	962	80	1.042
Energisa Soluções	616	82	698
Energisa Minas Gerais	531	80	608
Energisa Borborema	278	33	311
Energisa S/A	179	55	234
Energisa Nova Friburgo	132	16	148
Energisa Comercializadora de Energia	6	-	6
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros	2	-	2
Energisa Geração Rio Grande	2	-	2
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	1	-	1
Parque Eólico Sobradinho	1	-	1
TOTAL	4.881	680	5.561

Com foco na valorização do seu capital humano e voltado para os resultados, o RH do Grupo Energisa vem aprimorando formas de administração que atendam, cada vez mais, às premissas de uma gestão mais ágil e flexível de seus mais de 5.000 colaboradores.

Em 2011, o RH do Grupo Energisa foi reconhecido como um dos melhores do segmento, conquistando o 3º lugar entre as empresas do setor elétrico na área de Gestão de Recursos Humanos, no ranking das "500 melhores empresas do Brasil", promovido pela Revista Isto é Dinheiro.

Ciente da importância de seus colaboradores no cumprimento de sua missão e de seus objetivos estratégicos, o Grupo Energisa dedicou, aproximadamente, 422,6 mil homem/hora aos treinamentos realizados, representando, em média, 100 horas por colaborador, com investimentos de mais de R\$ 2,6 milhões.

Na modalidade de ensino a distância, por meio do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), foram dedicadas 224 mil homem/hora, com investimento de cerca de R\$ 865 mil. Além da melhoria na performance dos colaboradores e nos resultados operacionais do Grupo, o programa de Educação a Distância deu à Energisa o título de "Referência Nacional", com a conquista do Prêmio E-Learning Brasil 2011-2012, concedido pela empresa MicroPower. A premiação objetivou estimular as organizações a utilizarem os recursos tecnológicos para promover o aprendizado contínuo de seus colaboradores e clientes, desta forma, seu nível de qualificação, capacitação, desempenho, contribuição para os resultados e níveis de competitividade global.

Corroborando com os reconhecimentos externos, a gestão da empresa foi aprovada também pelo seu público interno. Contando com a excelente marca de 97% de participação dos colaboradores e um índice de aprovação de 86%, a 4ª Pesquisa de Clima Organizacional, realizada no Grupo Energisa em 2011, refletiu, mais uma vez, o reconhecimento interno das ações promovidas pela empresa no período avaliado. A sondagem elaborada pela PriceWaterhouseCoopers (PWC) apontou uma evolução no índice de favorabilidade em todas as onze dimensões analisadas, com melhoria significativa em fatores como Reconhecimento e Reconspensa, Estilo de Liderança, Comunicação Organizacional e Alinhamento dos Valores Culturais. Na maioria das dimensões (9 das 11 investigadas), as empresas do Grupo Energisa superaram não só a média do mercado apurada pela PWC, como também o desempenho de organizações tidas como referência (ou benchmarking).

A dimensão "Liderança Executiva" teve um dos melhores resultados com aprovação de 83%, seis pontos acima do benchmarking, evidenciando que o desenvolvimento de lideranças tem sido uma das grandes preocupações da Energisa em sua busca pela excelência. Para aprimorar este desempenho, os líderes da Energisa foram, em 2011, o objeto central do novo modelo de Capacitação e Desenvolvimento de Executivos, onde se destaca a criação e implantação do Portal Líder Energisa que contempla diversas formas e trilhas de conhecimento com conteúdos em múltiplos recursos de mídia. Para o portal, contatamos com o trabalho da MindQuest, que tem como parceira de conteúdo a Harvard Business e a Chicago Booth.

Não se pode construir uma empresa vencedora sem ter talentos internos suficientes e preparados para enfrentar os desafios que o mercado nos impõe. Nesse contexto, e dando continuidade à valorização dos novos talentos, a Energisa também selecionou mais nove jovens para integrar seu Programa de Trainees: uma oportunidade de orientar a carreira por meio de um processo de desenvolvimento diferenciado, que prioriza o conhecimento de várias áreas do Grupo, através de job rotation entre áreas afins à formação do jovem profissional. Vale mencionar que dos quinze trainees que entraram em 2010, treze permaneceram na empresa.

O Grupo Energisa promoveu, ainda, o mapeamento e a regulamentação de cargos e estruturas funcionais, a definição de novas competências e revisou o processo de avaliação de desempenho, com a padronização da régua de avaliação para todos os níveis hierárquicos. As iniciativas buscam o desenvolvimento contínuo das pessoas e o alinhamento do Grupo quanto aos comportamentos esperados de seus colaboradores, de forma a viabilizar sua estratégia.

A prevenção de acidentes e a preservação da saúde no Grupo Energisa são mais que prioridades, são valores. Em 2011 a Energisa Sergipe recebeu o Prêmio Nacional de Segurança denominado MEDALHA ELOY CHAVES, da Fundação Coge - FUNCOGE, maior reconhecimento de Segurança do Trabalho, sendo premiada como uma das melhores do Brasil (2ª colocada) em sua categoria. Isto é a evidência viva de uma cultura de gestão preventiva que valoriza o ser humano como maior patrimônio da empresa.

10 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

10.1 - Comunidades e apoio à cultura

A responsabilidade social e o apoio à cultura são aspectos de grande importância para o Grupo Energisa junto às comunidades em que atua. Desde 1985, com a criação da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, a Companhia passou a investir em ações focadas na produção e valorização da arte e dos costumes locais nos Estados de Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe. A entidade tem como ponta-de-lança suas "Usinas Culturais", projeto que consiste na criação e manutenção de espaços culturais nas principais cidades das áreas de concessão das distribuidoras do Grupo.

Entre os projetos desenvolvidos pela Fundação em 2011 na região de Minas Gerais, destacam-se: a nona edição do Festival de Cultura e Gastronomia de Piacatuba; o Projeto Usina Cultural com promoção de espetáculos musicais e teatrais, em várias cidades; o Circuito Grande Hotel Muniáhe, com realização de atividades culturais em espaço restaurado com apoio da Energisa em Muraiá; o Projeto Memória e Patrimônio Cultural, que consiste em coletâneas impressas relativas à memória de Cataguases distribuídas gratuitamente em instituições e escolas; a realização de atividades socioeducativas na Casa de Lettura Lya Maria Müller Botelho, no município de Leopoldina. Além disso, a Fundação mantém em Cataguases o Projeto Café com Pão Arte Confusão, com oficinas artísticas para jovens de comunidades carentes.

Na área de cobertura da Energisa Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, a Fundação Cultural patrocinou o Projeto Sinegrina com realização de eventos teatrais e musicais nos distritos de Nova Friburgo, especialmente os mais atingidos pela catástrofe das chuvas de janeiro; e a décima edição do Festival de Inverno, com espetáculos, músicas, cursos e palestras. A empresa também patrocinou a pré-produção do longa metragem "Sobre a Nebelina", que será exibido em 2012.

Em Sergipe, merecem destaque o Programa Arte na Empresa que completou nove anos em 2011, projetando artistas do Estado ao realizar, mensalmente, exposições no hall de entrada da empresa; e o Programa Zé da Luz na Escola, que através de apresentações teatrais educativas em escolas, orienta crianças e adolescentes quanto aos riscos e cuidados relativos à energia elétrica.

Em 2011, foi realizada através da Fundação a 5ª versão do CINEPORT- Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa, em João Pessoa, para estimular a produção cinematográfica local e promover intercâmbio entre produtores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Como parte do Programa de Eficientização Energética da Anel / Procel, as distribuidoras agora possuem unidades móveis com experimentos científicos, sala para apresentação e projeção, além de estrutura de palco para eventos comunitários. As unidades percorrem os municípios das áreas de concessão, levando às comunidades orientações sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica, além de facilitar aos clientes maior aproximação e melhor relacionamento com a empresa.

10.2 - Meio ambiente

O Grupo Energisa é consciente dos impactos que suas atividades podem provocar no meio ambiente e desenvolve trabalho com foco em minimizá-los, contribuindo para a sustentabilidade das regiões em que está inserido. A empresa observa aspectos ambientais desde a implantação de suas redes de distribuição, realizando ações para reduzir a possibilidade de degradação das áreas em que serão instaladas.

Além desses cuidados, o Grupo Energisa estuda continuamente a viabilidade técnica de novas tecnologias de geração proveniente de fontes de energia alternativas e renováveis (PCHs, eólica e biomassa). Essa continuidade de geração em construção são realizados com todos os cuidados ambientais necessários, alinhados a um desenvolvimento sustentável.

A empresa também conta com procedimentos específicos para manuseio, transporte e destinação final de resíduos, a fim de garantir sua correta disposição ou tratamento e mitigar impactos no meio ambiente. São promovidas ainda campanhas para a conscientização e educação ambiental dos profissionais e fornecedores, além dos moradores das comunidades atendidas. Têm como utilização racional da energia elétrica são abordados.

A Energisa mantém o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho (SIGMASS) nos moldes da ISO 14001 da norma OHSAS 18001 em todas as empresas do grupo.

Em 2011, a subsidiária Energisa Paraíba conseguiu a Certificação Internacional Leed, na categoria Prata, conferida ao Núcleo Regional de Patos pela United Estates Green Building Council Brasil (USGBC), organização não governamental que avalia projetos de construção sustentável no país. Vale registrar que este foi o primeiro "prêmio verde" do Estado da Paraíba. Além disso, o Grupo inaugurou a nova sede da Energisa Borborema, que também obedece aos princípios e critérios de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

11 - PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Energisa S/A foi reconhecida, pela segunda vez consecutiva, como segunda colocada na categoria "Top 5 Divulgação Financeira na América Latina" na 13ª edição do IR Global Rankings.

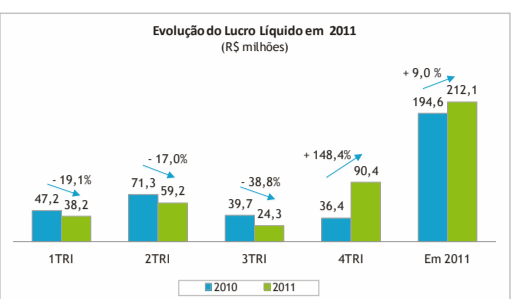
Além disso, foram premiadas as seguintes subsidiárias:

- Energisa Sergipe
 - Destaque pelo critério "Clientes" do Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), concedido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ).
 - 2º lugar - Medalha Eloy Chaves, da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), dentre as companhias com mais de 500 e menos de 2.000 funcionários, por destacar-se em índices de segurança e prevenção de acidentes de trabalho.
- Energisa Paraíba
 - Finalista do Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), considerado o maior reconhecimento de excelência em gestão de organizações sediadas no Brasil.
 - Finalista do Prêmio Fundação Coge 2011, na categoria "Ações de Responsabilidade Ambiental".
- Energisa Soluções
 - Troféu PMQ e Faixa Ouro no Prêmio Mineiro de Qualidade 2011, pela excelência em sistemas de gestão.

12 - SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além de auditoria das suas demonstrações contábeis. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

Composição do lucro líquido consolidado (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Var. %	2011	2010	Var. %
(+) Resultado antes das receitas e despesas financeiras	138,2	90,8	+ 52,2	423,4	363,9	+ 16,4
(+/-) Resultado financeiro	(25,8)	(40,1)	- 35,7	(156,2)	(99,5)	+ 57,0
(-) Contribuição social e imposto de renda	(22,0)	(14,3)	+ 53,8	(55,1)	(69,8)	- 21,1
= Lucro Líquido	90,4	36,4	+ 148,4	212,1	194,6	+ 9,0



Lucro líquido das subsidiárias da Energisa (ESA):

Lucro Líquido (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Var. em R\$ milhões	2011	2010	Var. em R\$ milhões
Distribuidoras de energia elétrica						
• Energisa Paraíba (EPB)	52,9	18,4	+ 34,5	122,9	108,5	+ 14,4
• Energisa Sergipe (ESE)	18,8	(1,6)	+ 20,4	53,2	33,8	+ 19,4
• Energisa Minas Gerais (EMG)	7,4	26,7	- 19,3	35,5	53,3	- 17,8
• Energisa Borborema (EBO)	6,2	0,7	+ 5,5	17,9	12,6	+ 5,3
• Energisa Nova Friburgo (ENF)	2,3	2,2	+ 0,1	6,1	9,7	- 3,6
Prestadoras de Serviços						
• Energisa Comercializadora (ECOM)	0,5	1,5	- 1,0	5,3	4,3	+ 1,0
• Energisa Soluções (ESO)	0,1	(2,0)	+ 2,1	1,4	3,3	- 1,9
• Outras	0,3	0,4	- 0,1	1,8	1,4	+ 0,4

6 - ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1 - Operações Financeiras, Caixa e Dívidas

As operações financeiras realizadas pelo Grupo Energisa em 2011 totalizaram R\$ 520,4 milhões, sendo: (i) R\$ 49,1 milhões financiados pelo BNDES e pela Eletrobrás para suporte aos investimentos das distribuidoras controladas; (ii) R\$ 12,9 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, sendo R\$ 11,6 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 19,1 milhões de financiamento do BNDES para a construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 142,2 milhões já foram liberados até final de 2011); (iv) R\$ 11,1 milhões financiados pelo Banco do Nordeste para os investimentos das distribuidoras Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Borborema; (v) R\$ 333,1 milhões em emissão de Notas Perpetuas Híbridas pela Companhia; e (vi) R\$ 95,1 milhões de empréstimos em dólares com "swap" para reais.

As Notas Perpetuas com Opção de Diferimento de Juros ("Senior Perpetual Notes with Interest Deferral Option" ou Notas Perpetuas Híbridas), no montante de US\$ 200 milhões (R\$ 333 milhões) foram emitidas em 27 de janeiro de 2011 no mercado de capitais internacional e listadas no mercado da Bolsa de Luxemburgo. As Notas Perpetuas Híbridas têm rendimento de 9,5% ao ano, pagos trimestralmente, a partir de 27 de abril de 2011 e receberão classificação de risco Ba2 pela Moody's Investor Service e BB- pela Fitch Ratings. As Notas Perpetuas Híbridas não foram distribuídas no Brasil e os recursos captados com essa emissão serão destinados aos propósitos gerais da Companhia, com ênfase nos projetos de geração de energia.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi de R\$ 747,2 milhões. Esse montante é 2,7 vezes superior às dívidas consolidadas de curto prazo, que somam R\$ 273,5 milhões e correspondem a 11,8% das dívidas consolidadas totais. As dívidas líquidas consolidadas, ao fim de dezembro de 2011, incluindo encargos e excluindo as Notas Perpetuas Híbridas por se tratarem de títulos sem vencimento, totalizaram R\$ 1.230,8 milhões, contra R\$ 1.305,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, ou seja, 5,8% (ou R\$ 75,3 milhões) menor. Consequentemente, a Companhia encerrou o 4T11 com uma relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado nos últimos doze meses de 2,1 vezes. Incluindo as Notas Perpetuas Híbridas, a dívida líquida totaliza R\$ 1.602,8 milhões e o indicador dívida líquida por EBITDA Ajustado seria de 2,7 vezes.

Importante mencionar que a relação acima está parcialmente afetada pelas receitas das PCHs que constituem o complexo Energisa Rio Grande - detentora das Pequenas Centrais Hidrelétricas Caju (em operação comercial desde meados de março de 2011), São Sebastião do Alto (em operação comercial a partir de setembro de 2011) e Santo Antônio (em operação comercial desde fevereiro de 2012). Se expurgarmos os saldos das dívidas líquidas da Energisa Rio Grande - no montante de R\$ 140,0 milhões - que ainda não geraram EBITDA em ciclo de 12 meses para o Grupo Energisa, a relação entre a dívida líquida (incluindo as Notas Perpetuas Híbridas) e o EBITDA Ajustado seria de 2,5 vezes.

O quadro abaixo apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa e de suas distribuidoras em 31 de dezembro de 2011:

Valor em R\$ milhões	Posição em 31 de dezembro de 2011					
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	Energisa Consolidada
Curto Prazo	40,8	14,8	62,3	8,9	52,2	273,5
• Empréstimos, financiamentos e debêntures	36,7	13,2	47,7	8,6	41,1	234,5
• Encargos de dívidas	2,6	0,3	12,5	0,3	6,8	6,4
• Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,5	1,3	2,1	-	4,3	0,1
Longo Prazo	243,2	27,0	446,1	21,6	428,5	2.076,5
• Empr						

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL - 2011 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2011	2010				
Receita líquida (RL).....	2.426.613	2.154.319				
Resultado operacional (RO).....	259.628	263.392				
Folha de pagamento bruta (FPB).....	211.748	201.695				
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação.....	30.787	14,54%	1,27%	27.551	13,66%	1,28%
Encargos sociais compulsórios.....	48.838	23,06%	2,01%	47.019	23,31%	2,18%
Previdência privada.....	9.656	4,56%	0,40%	10.683	5,30%	0,50%
Saúde.....	7.963	3,76%	0,33%	5.738	2,84%	0,27%
Segurança e saúde no trabalho.....	2.578	1,22%	0,11%	2.280	1,13%	0,11%
Educação.....	684	0,32%	0,03%	599	0,30%	0,03%
Cultura.....	32	0,02%	0,00%	39	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	2.335	1,10%	0,10%	2.670	1,32%	0,12%
Creches ou auxílio-creche.....	822	0,39%	0,03%	783	0,39%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados.....	14.762	6,97%	0,61%	15.521	7,70%	0,72%
Outros.....	4.353	2,06%	0,18%	4.180	2,07%	0,19%
Total - Indicadores sociais internos	122.810	58,00%	5,06%	117.063	58,04%	5,43%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação.....	814	0,31%	0,03%	1.081	0,41%	0,05%
Cultura.....	3.753	1,45%	0,15%	3.369	1,28%	0,16%
Saúde e saneamento.....	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte.....	155	0,06%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar.....	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros.....	2.008	0,77%	0,08%	2.280	0,87%	0,11%
Total das contribuições para a sociedade	6.730	2,59%	0,28%	6.730	2,56%	0,31%
Tributos (excluídos encargos sociais).....	892.785	343,87%	36,79%	850.888	323,05%	39,50%
Total - Indicadores sociais externos	899.515	346,46%	37,07%	857.618	325,61%	39,81%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa.....	42.038	16,19%	1,73%	18.222	6,92%	0,85%
Investimentos em programas e/ou projetos externos.....	4.674	1,80%	0,19%	3.829	1,45%	0,18%
Total dos investimentos em meio ambiente	46.712	17,99%	1,92%	22.051	8,37%	1,02%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.....	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%				

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período.....	4.881	4.845
Nº de admissões durante o período.....	697	665
Nº de empregados(as) terceirizados(as).....	680	375
Nº de estagiários(as).....	154	161
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....	810	832
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....	808	795
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	25,42%	27,44%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa.....	1.230	1.171
% de cargos de chefia ocupados por negros(as).....	13,73%	9,09%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais.....	163	167

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2011	Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa.....	28,6	28,6
Número total de acidentes de trabalho.....	153	137
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por.....	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por.....	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:.....	() não se envolve	() seguirá as normas da OIT
A participação privada contempla:.....	() direção e gerências	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:.....	() não são considerados	() serão sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:.....	() não se envolve	() apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):.....	na empresa 25.781	na Justiça 4.109
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:.....	na empresa 98%	na Justiça 20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):.....	Em 2011: 1.919.032	Em 2010: 1.687.398
	58% governo 5% acionistas	61% governo 7% acionistas
	14% colaboradores(as) 17% terceiros	12% colaboradores(as) 14% terceiros
	6% retido	6% retido

7 - Outras Informações

	2011	2010
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União.....	28.483	32.268
7.1.2 - Investimento do Estado.....	1.639	2.327
7.1.3 - Investimento do Município.....	0	0
7.1.4 - Investimento da Concessionária.....	4.925	5.735
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4).....	35.047	40.330
7.2 - Programa de eficiência Energética.....	12.666	9.905
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.....	12.666	9.931
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3).....	60.379	54.166

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa.....	6	144.421	131.532	355.023	382.726
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados.....	6	233.430	16.942	361.753	147.355
Clientes, consumidores e concessionárias.....	7	4.488	3.651	412.619	379.942
Títulos de créditos a receber.....	8	-	2.909	68.362	65.055
Estoques.....	40	42	11.368	10.684	10.684
Impostos a recuperar.....	14	7.492	9.502	114.466	120.266
Dividendos a receber.....	17	16.404	10.327	972	959
Despesas pagas antecipadamente.....	123	128	7.028	3.559	3.559
Baixa renda e outros créditos.....	12	2.874	1.974	84.868	71.735
Total do circulante		409.272	177.007	1.416.459	1.182.281
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados.....	6	-	-	30.392	34.294
Clientes, consumidores e concessionárias.....	7	-	-	16.119	16.119
Títulos de créditos a receber.....	8	955	80	73.805	60.974
Créditos com partes relacionadas.....	13	42.864	21.374	-	-
Impostos a recuperar.....	14	-	-	153.887	157.835
Créditos tributários.....	15	62.710	37.797	169.526	155.052
Depósitos e cauções vinculados.....	25	227	227	55.992	52.984
Instrumentos financeiros derivativos.....	36	27.184	-	39.600	9.891
Contas a receber da concessão.....	16	-	-	254.940	171.018
Outros.....	77	24	5.189	7.134	-
Total do não circulante		134.017	59.502	799.050	665.301
Investimentos	17	1.381.755	1.162.022	12.553	12.605
Imobilizado	18	9.420	11.333	393.012	219.912
Intangível	19	233.514	248.314	1.637.329	1.554.127
Total do não circulante		1.758.706	1.481.171	2.841.944	2.451.945
Total do Ativo		2.167.978	1.658.178	4.258.403	3.634.226

Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Fornecedores.....	21	998	1.194	174.910	180.842
Encargos de dívidas.....	22	6.398	-	29.421	25.577
Empréstimos e financiamentos.....	22	-	-	180.123	261.131
Debêntures.....	23	72.142	11.666	74.366	13.754
Tributos e contribuições sociais.....	24	1.675	2.248	135.073	118.548
Parcelamento de impostos.....	25	-	-	4.551	13.662
Dividendos a pagar.....	27,5	1.385	940	1.954	1.905
Obrigações estimadas.....	24	1.367	1.253	18.343	16.823
Encargos do consumidor a recolher.....	-	-	-	20.164	16.647
Taxa de iluminação pública.....	-	-	-	6.980	4.982
Benefícios a empregados - plano de pensão.....	36	106	106	7.371	5.105
Obrigações Intra-setoriais.....	-	-	-	56.003	52.502
Instrumentos financeiros derivativos.....	35	-	2.099	-	2.099
Outras contas a pagar.....	2.496	1.731	46.938	35.035	35.035
Total do não circulante		86.567	21.237	736.197	748.612
Não circulante					
Fornecedores.....	21	-	-	5.312	4.739
Empréstimos e financiamentos.....	22	372.010	-	1.377.460	804.174
Debêntures.....	23	387.452	447.401	664.789	715.823
Instrumentos financeiros derivativos.....	35	-	-	24.089	47.836
Tributos e contribuições sociais.....	24	-	-	4.052	3.227
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	15	16.830	978	34.897	9.056
Parcelamento de impostos.....	25	-	-	10.097	8.602
Provisão para contingências.....	26	-	-	70.589	80.123
Benefícios a empregados - plano de pensão.....	36	377	270	23.654	22.796
Outras contas a pagar.....	467	132	2.982	1.078	1.078
Total do não circulante		777.136	448.781	2.217.931	1.697.484
Capital social					
Ações em tesouraria.....	600.000	468.790	600.000	468.790	
Reserva de capital.....	(42.675)	(42.675)	(42.675)	(42.675)	
Reserva de lucros.....	1.848	1.848	1.848	1.848	
Dividendos adicionais propostos.....	701.984	724.624	701.984	724.624	
Dividendos adicionais propostos.....	43.118	35.573	43.118	35.573	
Total do não circulante		1.304.275	1.188.160	1.304.275	1.188.160
Total do passivo		2.167.978	1.658.178	4.258.403	3.634.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de Capital		Reserva legal	Retenção de lucros	Retenção de lucro acumulado originado de mudança de prática contábil	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Outras	Reserva de Capital							
Saldos em 01 de janeiro de 2010	468.790	(7.178)	1.848	40.424	326.892	-	-	36.159	(298)	259.099	1.125.736
Pagamento de dividendos adicionais.....	-	-	-	-	-	-	-	(36.159)	-	-	(36.159)
Aquisição de ações próprias.....	-	(35.497)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.497)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-	298	-	298
Transferência para reservas.....	-	-	-	-	-	296.424	-	-	-	(296.424)	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.648	194.648
Proposta de destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	7.866	-	-	-	-	(7.866)	-
• Reserva Legal.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.866)	(60.866)
• Dividendos.....	-	-	-	-	-	-	-	35.573	-	(35.573)	-
• Dividendos adicionais propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.018)	-
• Retenção de lucros.....	-	-	-	-	-	53.018	-	-	-	-	53.018
Saldos em 31 dezembro de 2010	468.790	(42.675)	1.848	48.290	379.910	296.424	296.424	35.573	-	1.188.160	1.188.160
Pagamento de dividendos adicionais.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.573)
Aumento de capital conforme AGO & AGE de 29/04/2011.....	131.210	-	-	-	-	-	(131.210)	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212.054	212.054
Proposta de destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	10.603	-	-	-	-	(10.603)	-
• Reserva Legal.....	-	-									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, sendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A Energisa tem sua sede localizada na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, e seu principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas. A Energisa também presta serviços administrativos a suas controladas. As controladas Energisa MG, Energisa SE e Energisa PB possuem registro de companhia aberta.

Abaixo apresentamos as características das controladas:

Controladas	Ramo de negócio	Área de atuação	Nº de consumidores
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	65 municípios em MG e 1 município no RJ	382.489
Energisa Serpê – Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	63 municípios em SE	625.183
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	216 municípios no PB	1.167.517
Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	6 municípios no PB	172.531
Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	1 município no RJ	94.400
Energisa Soluções S/A	Serviços correlatos de geração/distribuição de energia elétrica	Compra, venda e intermediação de negócios com energia elétrica	-
Energisa Comercializadora Ltda	Inspeção termográfica aérea	-	-
Energisa Serviços Aéreos S/A	Corretagens de seguro	-	-
Energisa Planejamento e Corretagem Seguros Ltda	Corretagens de seguro	-	-
Energisa Gestão Rio Grande S/A	Geração de energia elétrica (hidráulica)	-	-
SPE Cristina Energia S/A (*)	Geração de energia elétrica (hidráulica)	-	-
Termosgera S/A	Co-geração de energia elétrica	(sem operações)	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A	Geração de energia elétrica (hidráulica)	(em fase pré operacional)	-
Energisa Geração Usina Maurício	Geração de energia elétrica (hidráulica)	(em fase pré operacional)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (**)	Holding dos Parques Eólicos	(em fase pré operacional)	-

(*) Empresa adquirida em dezembro de 2011.

(**) Empresa Holding, que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A, que por sua vez possuem autorização para construção dos Parques Eólicos.

As principais obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I – Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de acordo com a legislação em vigor, observando a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas; III – Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador; IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI – Submeter à prévia aprovação da ANEEL alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares em vigor; VII – A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 19, 28 e 38, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de março de 2012. **Declaração de conformidade com as normas IFRS de alto nível:** As demonstrações contábeis são preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. **Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). **Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil que prevêm a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas. As demonstrações contábeis individuais não são consideradas integralmente adaptadas ao IFRS, que exigem a avaliação dos investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo histórico. **As demonstrações contábeis individuais não são consideradas integralmente adaptadas ao IFRS, que exigem a avaliação dos investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo histórico. As demonstrações contábeis individuais não são consideradas integralmente adaptadas ao IFRS, que exigem a avaliação dos investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo histórico.** Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: * Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e * Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Estimativas contábeis** – a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis incluem: a) o registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, custos de aquisição de apostentadoria e pensões, ativos fiscais e créditos tributários diferidos, marcação a mercados dos instrumentos financeiros. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELA IASB: Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013: IFRS 9 Instrumentos financeiros – estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas – inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 Operações conjuntas – prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos ou controle compartilhado. IFRS 12 Divulgação de informações sobre partes interessadas – estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3.2. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente em períodos contíguos. **1. Avaliação de ativos e passivos:** a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras com prazo de vencimento que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; b. Instrumentos financeiros – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda – as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento – mensurados pelo custo histórico e contabilizados no resultado; e (iv) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetiva e contabilizados no resultado. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo: **Nível 1** – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; **Nível 2** – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3** – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 35. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos. Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. c. Clientes, consumidores e concessionárias – englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço; d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer frente a eventuais perdas na realização de créditos e outros critérios estabelecidos pelo Comitê de Administração. Os estoques estão valorizados pelo custo médio da aquisição, e não excedem a seus custos de aquisição ou seu valor de realização; e. Contas a receber da concessão – representam o custo histórico do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser incluída ao final da concessão, classificada como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais; Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da "base regulatória" para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão é o custo histórico dos ativos em exercício; f. Dívidas e empréstimos – Dívidas e empréstimos são reconhecidos pelo custo histórico e mensurados nos balanços das tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. h. Ativos e passivos regulatórios – para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. h. Ativos e passivos regulatórios – para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. i. Investimentos em controladas – os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mantidos até o vencimento tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os títulos de investimento mantidos até o vencimento são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente do valor recuperável. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido. W. Resultado – as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero; x. Benefícios a empregados e benefícios definidos – A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, a consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano; y. Demais ativos e passivos circulante e não circulante – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

3.2. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELA IASB: Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013: IFRS 9 Instrumentos financeiros – estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas – inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 Operações conjuntas – prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos ou controle compartilhado. IFRS 12 Divulgação de informações sobre partes interessadas – estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3.2. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente em períodos contíguos. **1. Avaliação de ativos e passivos:** a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras com prazo de vencimento que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; b. Instrumentos financeiros – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda – as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento – mensurados pelo custo histórico e contabilizados no resultado; e (iv) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetiva e contabilizados no resultado. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo: **Nível 1** – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; **Nível 2** – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3** – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 35. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos. Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. c. Clientes, consumidores e concessionárias – englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço; d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer frente a eventuais perdas na realização de créditos e outros critérios estabelecidos pelo Comitê de Administração. Os estoques estão valorizados pelo custo médio da aquisição, e não excedem a seus custos de aquisição ou seu valor de realização; e. Contas a receber da concessão – representam o custo histórico do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser incluída ao final da concessão, classificada como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais; Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da "base regulatória" para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão é o custo histórico dos ativos em exercício; f. Dívidas e empréstimos – Dívidas e empréstimos são reconhecidos pelo custo histórico e mensurados nos balanços das tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. h. Ativos e passivos regulatórios – para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. i. Investimentos em controladas – os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mantidos até o vencimento tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os títulos de investimento mantidos até o vencimento são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente do valor recuperável. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido. W. Resultado – as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero; x. Benefícios a empregados e benefícios definidos – A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, a consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano; y. Demais ativos e passivos circulante e não circulante – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

3.2. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELA IASB: Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013: IFRS 9 Instrumentos financeiros – estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas – inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 Operações conjuntas – prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos ou controle compartilhado. IFRS 12 Divulgação de informações sobre partes interessadas – estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3.2. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente em períodos contíguos. **1. Avaliação de ativos e passivos:** a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras com prazo de vencimento que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; b. Instrumentos financeiros – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda – as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento – mensurados pelo custo histórico e contabilizados no resultado; e (iv) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetiva e contabilizados no resultado. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo: **Nível 1** – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; **Nível 2** – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3** – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 35. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos. Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. c. Clientes, consumidores e concessionárias – englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço; d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer frente a eventuais perdas na realização de créditos e outros critérios estabelecidos pelo Comitê de Administração. Os estoques estão valorizados pelo custo médio da aquisição, e não excedem a seus custos de aquisição ou seu valor de realização; e. Contas a receber da concessão – representam o custo histórico do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser incluída ao final da concessão, classificada como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais; Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da "base regulatória" para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão é o custo histórico dos ativos em exercício; f. Dívidas e empréstimos – Dívidas e empréstimos são reconhecidos pelo custo histórico e mensurados nos balanços das tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. h. Ativos e passivos regulatórios – para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. i. Investimentos em controladas – os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mantidos até o vencimento tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os títulos de investimento mantidos até o vencimento são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente do valor recuperável. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido. W. Resultado – as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero; x. Benefícios a empregados e benefícios definidos – A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, a consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano; y. Demais ativos e passivos circulante e não circulante – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

3.2. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELA IASB: Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013: IFRS 9 Instrumentos financeiros – estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas – inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 Operações conjuntas – prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos ou controle compartilhado. IFRS 12 Divulgação de informações sobre partes interessadas – estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3.2. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente em períodos contíguos. **1. Avaliação de ativos e passivos:** a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras com prazo de vencimento que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; b. Instrumentos financeiros – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda – as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento – mensurados pelo custo histórico e contabilizados no resultado; e (iv) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetiva e contabilizados no resultado. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo: **Nível 1** – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; **Nível 2** – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3** – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 35. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos. Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. c. Clientes, consumidores e concessionárias – englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço; d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer frente a eventuais perdas na realização de créditos e outros critérios estabelecidos pelo Comitê de Administração. Os estoques estão valorizados pelo custo médio da aquisição, e não excedem a seus custos de aquisição ou seu valor de realização; e. Contas a receber da concessão – representam o custo histórico do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser incluída ao final da concessão, classificada como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais; Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da "base regulatória" para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão é o custo histórico dos ativos em exercício; f. Dívidas e empréstimos – Dívidas e empréstimos são reconhecidos pelo custo histórico e mensurados nos balanços das tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. h. Ativos e passivos regulatórios – para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL, quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem. i. Investimentos em controladas – os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mantidos até o vencimento tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os títulos de investimento mantidos até o vencimento são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente do valor recuperável. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido. W. Resultado – as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero; x. Benefícios a empregados e benefícios definidos – A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, a consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano; y. Demais ativos e passivos circulante e não circulante – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

3.2. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELA IASB: Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013: IFRS 9 Instrumentos financeiros – estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas – inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 Operações conjuntas – prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos ou controle compartilhado. IFRS 12 Divulgação de informações sobre partes interessadas – estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). A Companhia está procedendo a sua

8. TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes e praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza destes ativos (IGPM). Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos estão demonstrados como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Títulos de créditos a receber	955	2.989	194.226	170.694
Ajuste a valor presente	-	-	(26.388)	(21.062)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	-	(25.671)	(23.603)
	<u>955</u>	<u>2.989</u>	<u>142.167</u>	<u>126.029</u>
Circulante	-	2.909	68.362	65.055
Não circulante	955	80	73.805	60.974

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2011, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
Títulos vencidos	-	25.671
2012	-	66.070
2013	48	43.207
2014	48	18.643
2015	48	14.366
2016	48	10.774
2017	48	6.690
2017 em diante	715	8.805
Subtotal	<u>955</u>	<u>194.226</u>
Ajuste a valor presente	-	(26.388)
	<u>955</u>	<u>167.838</u>

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDACÃO DUVIDOSA

	2011	2010
Saldo - inicial	40.445	60.032
Provisões constituídas no exercício	12.545	13.834
Reversão de provisões no exercício	(8.290)	(33.421)
Saldo - final - circulante	<u>44.700</u>	<u>40.445</u>
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	19.029	16.842
Títulos de créditos a receber	25.671	23.603

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas: Clientes com débitos relevantes: • Clientes com débitos relevantes: • Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de reparar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos operacionais. **Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica das controladas ocorre com as seguintes periodicidades: (i) a cada 4 anos – Energisa MG, Energisa NF, Energisa BO e Energisa PB, sendo as próximas revisões em junho de 2012 (EMG e ENF), janeiro de 2013 (EBO) e agosto de 2013 (EPB); e (ii) a cada 5 anos – Energisa SE, sendo a próxima revisão em abril de 2013. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **Reajustes tarifários:** Em 01 de fevereiro de 2011, por meio da Resolução nº 1.110, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa BO em vigor desde 04 de fevereiro de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 14,61%. Em 31 de janeiro de 2012, a ANEEL através da Resolução nº 1.259, foi homologado o reajuste tarifário da Energisa BO, a partir de 04 de fevereiro de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores será de 8,93%. Em 20 de abril de 2011, por meio da Resolução nº 1.137, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa SE em vigor desde 22 de abril de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 14,42%. Em 14 de junho de 2011, por meio das Resoluções nº 1.154 e 1.155, foram homologados os reajustes tarifários das controladas Energisa NF e Energisa MG em vigor desde 18 de junho de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 12,85% e 2,73%, respectivamente. Em 26 de agosto de 2011, por meio da Resolução nº 1.191, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa PB em vigor desde 28 de agosto de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 7,46%.

10. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO PERIÓDICO - CONSOLIDADO

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo poder concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de reparar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos operacionais. **Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica das controladas ocorre com as seguintes periodicidades: (i) a cada 4 anos – Energisa MG, Energisa NF, Energisa BO e Energisa PB, sendo as próximas revisões em junho de 2012 (EMG e ENF), janeiro de 2013 (EBO) e agosto de 2013 (EPB); e (ii) a cada 5 anos – Energisa SE, sendo a próxima revisão em abril de 2013. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **Reajustes tarifários:** Em 01 de fevereiro de 2011, por meio da Resolução nº 1.110, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa BO em vigor desde 04 de fevereiro de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 14,61%. Em 31 de janeiro de 2012, a ANEEL através da Resolução nº 1.259, foi homologado o reajuste tarifário da Energisa BO, a partir de 04 de fevereiro de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores será de 8,93%. Em 20 de abril de 2011, por meio da Resolução nº 1.137, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa SE em vigor desde 22 de abril de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 14,42%. Em 14 de junho de 2011, por meio das Resoluções nº 1.154 e 1.155, foram homologados os reajustes tarifários das controladas Energisa NF e Energisa MG em vigor desde 18 de junho de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 12,85% e 2,73%, respectivamente. Em 26 de agosto de 2011, por meio da Resolução nº 1.191, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa PB em vigor desde 28 de agosto de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 7,46%.

11. RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA (RTE) - CONSOLIDADO

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos a receber e a pagar, são como segue:

	2011	2010
Energisa MG	136	136
Energisa SE	(357)	(362)
Energisa PB	1.784	1.784
	<u>1.563</u>	<u>1.558</u>

A liquidação dos saldos foi suspensa com base em liminares obtidas por diversas distribuidoras que questionaram os termos da Resolução ANEEL 387/2009.

12. BAIXA RENDA E OUTROS CRÉDITOS

	2011	2010	2011	2010
Baixa renda	-	-	18.390	23.420
Outros	2.874	1.974	66.478	48.315
	<u>2.874</u>	<u>1.974</u>	<u>84.868</u>	<u>71.735</u>

Baixa renda - consolidado

	Energisa MG	Energisa NF	Energisa SE	Energisa PB	Energisa BO	Total
Saldo - 2009	2.980	585	6.742	14.965	2.557	27.829
Subvenção baixa renda	17.821	2.217	25.765	56.806	5.222	107.831
Ressarcimento Eletrobrás	(17.541)	(2.247)	(28.056)	(57.518)	(6.878)	(112.240)
Saldo - 2010	3.260	555	4.451	14.253	901	23.420
Subvenção baixa renda	14.571	1.552	23.654	51.305	5.068	96.150
Ressarcimento Eletrobrás	(15.447)	(1.263)	(23.785)	(55.670)	(5.015)	(101.180)
Saldo - 2011	<u>2.384</u>	<u>844</u>	<u>4.320</u>	<u>9.888</u>	<u>954</u>	<u>18.390</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é a Holding do GRUPO ENERGISA e detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 1, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (65,9% do capital votante). A Gipar S/A é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,16% do capital votante). A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante). A seguir, resumo dos saldos com parte relacionadas ocorridas no exercício de 2011 e 2010:

	2011	2010
	Ativo	Ativo
Clientes, consumidores e concessionárias (1)	4.354	3.612
Mútuos (2):		
Energisa Serviços Aéreos S/A	263	420
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	21.429	20.954
Energisa Geração Rio Grande S/A	8.891	-
Energisa Soluções S/A	3.207	-
SPE Cristina Energia S/A	9.074	-
	<u>42.864</u>	<u>21.374</u>
Investimentos - Adiantamento para futuro aumento de capital (3):		
Energisa Geração Rio Grande S/A	46.851	-
Renascença I, II, III e IV	1.610	1.602
Ventos de São Miguel	134	542
Parque Eólico Sobradinho	1.636	274
PCH Zé Tunim	9.527	9
Central Eólica Renascença I, II, III e IV	-	53
Central Eólica Ventos de São Miguel	-	13
Energisa Geração Usina Maurício	12	-
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	880	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	1.473	-
	<u>62.123</u>	<u>2.493</u>
	<u>109.341</u>	<u>27.479</u>

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. (2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,68% a.a (CDI + 1,18% a.a em 2010), que refletem as condições usuais praticadas pela controladora e suas controladas no mercado financeiro. (3) Os adiantamentos para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos. Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

	Energisa MG	Energisa PB	Energisa SE	Energisa NF	Energisa BO	Energisa Geração Rio Grande	Energisa Geração Rio Grande	SPE Cristina	Energisa Comercializadora	Energisa Soluções	Energisa NF	Total 2011	Total 2010
Serviços administrativos contratados (*)	9.448	19.195	11.681	(137)	5.122	-	-	-	1.468	4.221	50.998	46.236	
Receitas (Despesas) financeiras	-	-	-	60	-	954	134	2.568	206	-	3.922	653	

Remuneração dos administradores: No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$239 (R\$191 em 2010) e da Diretoria foi de R\$113 (R\$104 em 2010) na controladora e R\$3.710 (R\$3.673 em 2010) e R\$8.594 (R\$8.568 em 2010) no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$7 (R\$9 em 2010) na controladora e R\$1.368 (R\$1.308 em 2010) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$57 (R\$46 em 2010) na controladora e R\$1.969 (R\$1.948 em 2010) no consolidado. Na AGO de abril de 2011, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2011 em R\$921 na controladora e R\$21.079 no consolidado. No exercício de 2011, a maior e a menor remunerações atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$2 e R\$1 na controladora e R\$75 e R\$3 no consolidado (R\$2 e R\$1 na controladora e R\$75 e R\$3 no consolidado em 2010), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício de 2011 foi de R\$1 na controladora e R\$34 no consolidado (R\$1 na controladora e R\$34 no consolidado em 2010).

14. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	68.848
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	173	-
Imposto de Renda - IRPJ	6.571	8.237
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	588	973
PIS e COFINS	160	142
Crédito fiscal (1)	-	150
Outros	7.492	9.502
	<u>7.492</u>	<u>9.502</u>
Circulante	-	150
Não circulante	7.492	9.502
	<u>7.492</u>	<u>9.502</u>
	-	153.887
	-	157.835

(1) Crédito fiscal - ágio incorporado - consolidado: As controladas Energisa NF, Energisa BO e Energisa PB, possuem créditos fiscais referentes a líquidos incorporados de suas controladas, líquidos do valor da provisão para integridade do Patrimônio, constituída de acordo com a Instrução CVM 349/2001. Segue-se movimentação no exercício:

	Energisa NF	Energisa BO	Energisa PB	Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	7.267	8.583	20.467	21.660
(-) Amortização	(1.371)	(1.316)	(1.193)	(1.193)
Saldo final	<u>5.896</u>	<u>7.267</u>	<u>19.274</u>	<u>20.467</u>
Circulante	1.426	1.371	1.193	1.193
Não circulante	4.470	5.896	18.081	19.274

Os créditos fiscais são sendo amortizados pelo prazo remanescente de exploração da concessão das controladas: Energisa NF (4 anos), Energisa BO (19 anos) e Energisa PB (20 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006 (Energisa PB e Energisa BO) e nº 771 de 19 de dezembro de 2006 (Energisa NF).

Período de amortização

	Energisa NF	Energisa BO	Energisa PB	Total
2012 e 2013	2.893	2.231	9.398	14.522
2014 e 2015	3.003	1.842	8.298	13.143
2016 e 2017	-	1.894	7.998	9.892
2018 e 2019	-	1.972	7.698	9.670
2020 e 2021	-	2.023	7.498	9.521
2022 e 2023	-	2.075	7.098	9.173
2024 em diante	-	7.237	26.595	33.832
Total	<u>5.896</u>	<u>19.274</u>	<u>74.583</u>	<u>99.753</u>

15. IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas do CPCs 26 e 32. A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

	Realização dos créditos fiscais
	Controladora
2012	2.797
2013	2.797
2014	2.797
2015	2.797
2016	2.797
2017	912
2018 em diante	47.813
Total	<u>62.710</u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	202.328	185.575
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(68.792)	(63.095)
Ajustes:		
Ítem permanente:		
Equivalência patrimonial	83.002	77.594
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	(4.484)	(5.426)
Outros	9.726	9.073
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	4,8%	4,9%
Alíquota efetiva	20,68%	26,4%

(*) As controladas Energisa SE, Energisa PB e Energisa BO possuem redução do imposto de renda e adicionais até os exercícios de 2013 (Energisa SE) e 2012 (Energisa PB e Energisa BO). O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas, no montante de R\$37.852 (R\$11.198 em 2010), sendo: R\$22.943 (R\$9.561 em 2010) na Energisa PB, R\$4.778 (R\$1.637 em 2010) na Energisa BO e R\$10.131 na Energisa SE (a Energisa SE não apurou redução de imposto de renda no exercício de 2010), foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09. Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Prejuízos fiscais	35.402	27.191	63.048	62.490
Base negativa de contribuição social	13.325	10.237	24.274	23.960
Diferenças temporárias	13.983	369	82.204	68.602
Total - não circulante	<u>62.710</u>	<u>37.797</u>	<u>169.526</u>	<u>155.052</u>
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	12.375	720	25.659	7.812
Contribuição social	4.455	258	9.238	1.244
Total - não circulante	<u>16.830</u>	<u>978</u>	<u>34.897</u>	<u>9.056</u>

16. CONTAS A RECEBER DA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

De acordo com a CPC 01, as controladas reconheceram o ativo financeiro, referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão. Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Segue-se saldo, por controlada, em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Energisa PB	30.777	19.468
Energisa SE	34.021	22.673
Energisa NF	48.144	32.221
Energisa BO	5.556	2.650
Energisa MG	136.442	94.006
Total	<u>254.940</u>	<u>171.018</u>

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	Controladora					
	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo final 2010
Terrenos	38	-	-	(18)	-	20
Edificações e benfeitorias	5.812	-	-	(2.366)	-	3.446
Máquinas e equipamentos	3.172	-	-	-	-	3.195
Veículos	8.247	-	213	-	-	8.365
Móveis e utensílios	12.063	-	763	-	-	12.826
Total em Serviço	29.332	-	904	(2.384)	-	27.852
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(2.086)	-	-	696	(135)	(1.525)
Máquinas e equipamentos	(2.561)	-	-	-	(94)	(2.655)
Veículos	(2.054)	-	-	-	(1.654)	(3.708)
Móveis e utensílios	(8.059)	-	-	-	(824)	(8.883)
Total Depreciação	(14.760)	-	-	696	(2.707)	(16.771)
Em Curso	-	1.156	(904)	-	-	252
Total do Imobilizado	14.572	1.156	(1.688)	(2.707)	-	11.333

	Consolidado					
	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo final 2011
Terrenos	1.164	-	3.756	-	-	4.920
Reservatório, Barragens e Adutoras	-	-	29.104	-	-	29.104
Edificações e benfeitorias	10.827	-	8.771	-	-	19.598
Máquinas e equipamentos	18.333	-	25.694	(395)	-	43.632
Veículos	-	-	1.067	(888)	-	16.438
Móveis e utensílios	15.973	-	997	(251)	-	16.719
Total em Serviço	62.556	-	69.389	(1.534)	-	130.411
Depreciação acumulada	-	-	-	-	(582)	(582)
Reservatório, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	(48)	(3.493)
Edificações e benfeitorias	(3.009)	-	-	-	(1.138)	(10.720)
Máquinas e equipamentos	(10.720)	-	-	241	(1.743)	(12.222)
Veículos	(7.554)	-	-	107	(2.902)	(10.349)
Móveis e utensílios	(10.430)	-	-	165	(1.098)	(11.363)
Total Depreciação	(31.713)	-	-	513	(6.809)	(38.009)
Em curso	189.069	180.930	(69.389)	-	-	300.610
Total do Imobilizado	219.912	180.930	(1.021)	(6.809)	-	393.012

	Consolidado					
	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo inicial 2010
Terrenos	1.182	-	-	(18)	-	1.164
Edificações e benfeitorias	13.193	-	-	(2.366)	-	10.827
Máquinas e equipamentos	16.834	-	1.499	-	-	18.333
Veículos	13.882	-	2.779	(202)	-	16.259
Móveis e utensílios	14.898	86	1.075	(86)	-	15.973
Total em Serviço	59.789	86	5.353	(2.672)	-	62.556
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(3.385)	-	-	696	(320)	(3.009)
Máquinas e equipamentos	(9.582)	-	-	-	(1.138)	(10.720)
Veículos	(5.044)	-	-	155	(2.665)	(7.554)
Móveis e utensílios	(9.320)	-	-	9	(1.119)	(10.430)
Total Depreciação	(27.331)	-	-	860	(5.242)	(31.713)
Em Curso	81.802	112.631	(5.353)	-	-	189.069
Total do Imobilizado	114.260	112.717	(1.812)	(5.242)	-	219.912

19. INTANGÍVEL

19.1. Intangível - controladora

	Controladora					
	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2011
Em Serviço	-	-	-	-	-	-
Custo dos softwares	2.912	-	779	-	-	3.691
Amortização	(640)	-	-	-	(589)	(1.229)
Subtotal	2.272	-	779	-	(589)	2.462
Em Curso	2.272	779	(779)	-	-	2.272
Total Geral	4.544	779	(779)	-	(589)	4.465
Em Serviço	-	-	-	-	-	-
Custo dos softwares	1.934	-	981	(3)	-	2.912
Amortização	(253)	-	-	-	(387)	(640)
Subtotal	1.681	-	981	(3)	(387)	2.272
Em Curso	1.681	981	(981)	-	-	1.681
Total Geral	3.362	981	(981)	(3)	(387)	3.875

19.2. Intangível - Contrato de Concessão e estudos e projetos – consolidado: Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Consolidado					
	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2011
Em Serviço	-	-	-	-	-	-
Custo	2.152.862	2	195.333	(26.359)	-	2.321.838
Amortização	(900.942)	-	-	17.375	(116.965)	(1.000.532)
Subtotal	1.251.920	2	195.333	(8.984)	(116.965)	1.321.306
Em Curso (1)	164.023	312.098	(194.184)	(92.199)	-	189.738
Estudos e Projetos (2)	11.576	2.882	(1.149)	(3)	-	13.306
Total	1.427.519	314.982	-	(101.186)	(116.965)	1.524.350
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-	-
Em Serviço	-	-	-	-	-	-
Custo	375.075	-	26.357	(5.696)	-	395.736
Amortização	(42.782)	-	-	-	(25.000)	(67.782)
Subtotal	332.293	-	26.357	(5.696)	(25.000)	327.954
Em Curso (1)	155.971	11.645	(26.357)	-	-	141.259
Total	488.264	11.645	-	(5.696)	(25.000)	469.213
Total Geral	939.255	303.337	-	(95.490)	(91.965)	1.055.137

	Consolidado					
	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2010
Em Serviço	-	-	-	-	-	-
Custo	1.991.138	-	187.118	(25.394)	-	2.152.862
Amortização	(799.173)	-	-	13.354	(115.123)	(900.942)
Subtotal	1.191.965	-	187.118	(12.040)	(115.123)	1.251.920
Em Curso (1)	147.351	257.572	(187.118)	(53.782)	-	164.023
Estudos e Projetos	8.632	2.944	-	(3)	-	11.576
Total	1.347.948	260.516	-	(65.822)	(115.123)	1.427.519
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-	-
Em Serviço	-	-	-	-	-	-
Custo	354.000	-	28.857	(7.782)	-	375.075
Amortização	(20.496)	-	-	720	(23.006)	(42.782)
Subtotal	333.504	-	28.857	(7.062)	(23.006)	332.293
Em Curso (1)	146.867	37.961	(28.857)	-	-	155.971
Total	480.371	37.961	-	(7.062)	(23.006)	488.264
Total Geral	867.577	222.555	-	(58.760)	(92.117)	939.255

(1) As baixas referem-se às transferências para contas a receber da concessão. (2) Referente a projetos de construção de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas. Alguns desses projetos dependem de licença ambiental. De acordo com o Plano de Negócio é estimada a construção desses investimentos entre os exercícios de 2012 e 2015, já tendo iniciado a construção da PCH Zé Tunim com potência instalada de 8 MW, com duas unidades geradoras, produção anual de 43,2 GWh e investimentos da ordem de R\$65 milhões. A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações, são vinculadas ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retiradas, alienadas, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/09, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias de amortização das controladas são: Energisa MG (4,69%), Energisa PB (4,66%), Energisa SE (4,75%), Energisa BO (4,81%) e Energisa NF (4,48%). O saldo do intangível - contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	2011	2010
Obrigações vinculadas à concessão:		
Contribuições do consumidor	260.211	244.161
Participação da União – recursos CDE	324.349	328.046
Participação do Governo do Estado	76.198	75.804
Reserva para reversão	(67.782)	(42.782)
Total	594.698	606.951
Alocação:		
Contas a receber da concessão	125.485	118.687
Infra-estrutura – Intangível em serviço	327.954	332.293
Infra-estrutura - Intangível em curso	141.259	155.971
Total	594.698	606.951

• As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. • As subvenções da União – recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos. • A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas Energisa SE e Energisa MG, incidindo, juros de 5% a.a., pagos mensalmente. • A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos. As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: Energisa SE (abril/2008), Energisa MG (junho/2008), Energisa NF (junho/2008), Energisa BO (fevereiro/2009) e Energisa PB (agosto de 2009). Durante o exercício de 2011 e 2010 as controladas efetuaram a transferência de encargos financeiros, conforme abaixo:

	2011	2010
Encargos financeiros contabilizados no resultado	229.007	189.331
(-) Transferência para o imobilizado em curso (*)	(6.156)	(6.309)
(-) Transferência para o intangível em curso (*)	(11.705)	(7.850)
Efeito líquido no resultado	211.146	175.172

(*) Conforme CPC20 as controladas utilizaram a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

19.3. Direito de concessão

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reconhecido por controladas (1)	-	-	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	319.576	319.576	333.819	333.819
Amortização acumulada	(88.524)	(73.534)	(289.639)	(256.959)
Subtotal	231.052	246.042	582.192	614.872

A movimentação está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	246.042	250.142	614.872	635.448
Aquisição	-	10.956	-	10.956
Amortização no exercício	(14.990)	(15.056)	(32.680)	(31.632)
Saldo final	231.052	246.042	582.192	614.872

(1) Intangível reconhecido por controlada: Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada Energisa SE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica, previsto para dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização para uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 2011 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$251.137 (R\$36.527 em 2010). (2) Intangíveis reconhecidos pela controladora: Corresponde aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas Energisa NF, Energisa BO, Energisa SE e Energisa PB, no montante de R\$199.806 (R\$214.796 em 2010), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas. A Companhia adquiriu seis empresas de propósitos específicos: (i) Renascença I, II, III e IV e Ventos de São Miguel, detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho – RN, pelo valor de R\$25.231 e; (ii) Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$6.018. Os projetos prevêem a instalação de nove parques eólicos, totalizando a capacidade instalada de 236 MW. Para instalação desses projetos, as empresas possuem contratos de arrendamento de aproximadamente 4 mil hectares de terras pelo prazo de até 37 anos. Os valores pagos na aquisição dos parques estão alocados como concessão, a serem amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação comercial das empresas. Os estudos econômico-financeiros dos projetos para o prazo de exploração de 20 anos demonstram capacidade de recuperabilidade do valor. Os projetos Renascença e Ventos de São Miguel foram vencedores do Leilão de Fontes Alternativas 2010, organizado pelo governo federal em agosto de 2010. Estes projetos comercializarão 59,7 MW médios pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 136,00/MWh a partir de janeiro de 2013, ajustados pela inflação. Parte remanescente da produção prevista dos parques (aproximadamente 9MW médios ou 10% da capacidade total) foi preservada para venda no mercado livre. Esses parques já se encontram em construção, com o cronograma de obras cumprido o planejamento de execução, tendo sido investido até dezembro de 2011 o montante de R\$64.837. O projeto Sobradinho ainda não contratou sua geração de energia, e deverá participar dos próximos leilões regulados, que ocorrem regularmente. Alternativamente, estruturas de acesso ao mercado livre vêm sendo avaliadas e poderão ser utilizadas com este projeto. Em 2011 foram investidos R\$565. A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social na controlada Energisa SE é como segue:

Período de amortização	Controladora		Consolidado		Redução do imposto de renda e contribuição social – Energisa SE
	2011	2010	2011	2010	
2012 e 2013	28.850	65.734	28.850	65.734	12.540
2014 e 2015	26.225	65.125	26.225	65.125	13.226
2016 e 2017	19.960	60.879	19.960	60.879	13.913
2018 e 2019	19.573	62.508	19.573	62.508	14.598
2020 e 2021	19.329	64.269	19.329	64.269	15.280
2022 e 2023	18.891	65.815	18.891	65.815	15.954
2024 em diante	98.224	197.862	98.224	197.862	33.876
Total	231.052	582.192	231.052	582.192	119.387

20. PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO E LUZ PARA TODOS

Abaixo são apresentadas as características dos Programas de Universalização de Energia e LUZ PARA TODOS, iniciados no exercício de 2004 pelas controladas Energisa MG, Energisa SE, e Energisa PB:

Recursos	Energisa MG		Energisa SE		Energisa PB		Total
	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	
Programa Luz para Todos:							

29. DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Controladora		Despesas Operacionais		Total	
	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativos	2011	2010	2011	2010
Pessoal e administradores	14.064	1.705	15.769	15.238	-	-
Entidade de previdência privada	-	304	304	316	-	-
Materiais	291	265	556	453	-	-
Serviços de terceiro	4.131	4.825	8.956	10.189	-	-
Depreciação e amortização	2.387	15.882	18.269	18.150	-	-
Outras	769	287	1.056	1.064	-	-
	21.642	23.268	44.910	45.410		

Natureza do Gasto	Consolidado		Despesas Operacionais		Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Com. Gerais e Administr.	2011	2010
Energia elétrica comprada para revenda	967.772	-	-	-	967.772	869.038
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	164.816	-	-	-	164.816	160.514
Pessoal e administradores	90.055	28.696	37.304	101.390	257.445	234.101
Entidade de previdência privada	3.030	129	215	7.722	11.096	10.600
Serviços	7.588	7.373	11.845	7.504	34.310	29.951
Materiais	16.942	20.360	47.567	55.149	140.018	118.434
Depreciação e amortização	82.919	3.529	639	44.367	131.454	136.560
Provisão p/cred. liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-
Provisões para contingências	(7.110)	-	17.018	-	17.018	(7.209)
Custo de construção – infraestrutura	-	265.065	-	-	265.065	200.141
Outras	10.264	3.593	3.292	18.048	35.197	46.705
	1.132.588	203.688	328.745	117.880	227.931	2.010.832

30. OUTROS RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras Receitas:				
Ganho na desativação	56	-	432	7.628
Alienação de investimento	24	-	11.730	-
Outras (*)	9.723	990	12.392	930
Total	9.803	990	24.554	8.558
Outras Despesas:				
Perda na desativação	-	-	6.922	7.651
Custo da alienação de investimento	-	-	10.625	-
Outras	8	1.193	(697)	(138)
Total	8	1.193	16.850	7.513

(*) Inclui R\$9.723 de ganho por compra vantajosa na aquisição da totalidade das ações da SPE Cristina S/A (vide nota explicativa nº 17).

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de aplicações financeiras	46.462	15.780	87.143	57.889
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	36.064	34.104
Outras receitas financeiras	9.402	12.709	18.134	42.351
Total receitas financeiras	55.864	28.489	141.341	134.344
Encargos de dívidas – juros	(92.326)	(59.365)	(229.007)	(189.331)
Encargos de dívidas – variação monetária cambial	(40.760)	-	(93.324)	13.740
Transferência para ordens em curso	-	-	17.861	14.159
Ajuste Valor Presente Ativo	-	-	(5.324)	(5.821)
Marcação a Mercado Derivativos	27.906	10.321	25.423	11.560
Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.144)	(7.613)	20.749	(35.414)
Outras despesas financeiras	(1.018)	(10.320)	(33.872)	(42.734)
Total despesas financeiras	(108.342)	(66.977)	(297.494)	(233.841)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(52.478)	(38.488)	(156.153)	(99.497)

32. LUCRO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:		
Ações ordinárias	101.946	93.020
Ações preferenciais	110.108	101.628
Total	212.054	194.648
Média ponderada das ações ordinárias (mil)	518.236	521.149
Média ponderada das ações preferenciais (mil)	559.274	569.373
Total	1.077.560	1.090.522
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	0,1967	0,1785

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados com seguradoras de renome internacional e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
Riscos operacionais	23/10/2012	40.000	24	20	981	585
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	10	10	722	692
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2012	Até R\$200 mil/veículo	14	14	419	396
Aeronáutico – responsabilidade civil (RETA)	23/10/2012	457	-	-	3	3
Facilitação/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	23/10/2012	60.147	-	-	79	82
Riscos de engenharia – PCH's	29/02/2012	61.541	-	-	245	1.665
Responsabilidade civil geral – PCH's	29/02/2012	18.000	-	-	39	315
Multiline – PCH's	29/02/2012	4.105	-	-	15	15
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2012	74.035	117	171	976	1.284
			165	215	3.479	5.037

Riscos Operacionais: Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões. **Responsabilidade Civil:** Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Materiais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa. **Automóveis:** A Companhia mantém cobertura securitária para RC/VF - Responsabilidade Civil Facilitada/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. **Vida em Grupo e Acidentes Pessoais:** Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados. **Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCH's do Rio Grande de responsabilidade da controladora Energisa Geração Rio Grande S/A.** Estes ramos são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCH's do Segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

34. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas possuem veículos no montante de R\$276 (R\$426 em 2010) na controladora e R\$511 (R\$935 em 2010) no consolidado, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI + juros de até 4% a.a. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$49 em 2010 na controladora e R\$59 em 2010 no consolidado como despesas financeiras, e R\$150 (R\$151 em 2010) na controladora e R\$424 (R\$1.368 em 2010) no consolidado, como despesa de depreciação. Durante o exercício de 2011, foram liquidados todos os contratos de arrendamento mercantil.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e de mercado dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora:	2011		2010	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	144.421	144.421	131.532	131.532
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	233.430	233.430	16.942	16.942
Clientes, consumidores e concessionárias	4.488	4.488	3.651	3.651
Títulos de créditos a receber e outros	955	955	2.989	2.989
	2011	2010	2011	2010
Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Passivos				
Fornecedores	(998)	(998)	(1.194)	(1.194)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(838.002)	(837.750)	(459.067)	(459.067)
	2011	2010	2011	2010
Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	355.023	355.023	382.726	382.726
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	392.145	392.145	181.649	181.649
Clientes, consumidores e concessionárias	4.288	4.288	396.061	396.061
Títulos de créditos a receber e outros	142.167	142.167	126.029	126.029
Contas a receber da concessão	254.940	254.940	171.018	171.018
	2011	2010	2011	2010
Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Passivos				
Fornecedores	(180.222)	(180.222)	(185.581)	(185.581)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, Notas Perpetuas Híbridas e debêntures	(2.306.159)	(2.373.248)	(1.820.459)	(1.849.228)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão identificadas a seguir: **Não derivativos – classificação e mensuração:** Empréstimos e recebíveis: Inclui, caixa e equivalente de caixa, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e outros instrumentos financeiros. São instrumentos de mensuração pelo custo amovido, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva. Passivos financeiros pelo custo amovido: Fornecedores – são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo. Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures – Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de energia e de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, BNDES, BDMG e Finep, estão compatíveis com o valor justo de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Banco Santander, Citibank, 3ª e 4ª emissão de debêntures da controladora, 1ª e 2ª emissão de debêntures (Energisa SE), a 1ª emissão de debêntures (Energisa PB), empréstimo junto ao Bradesco, Bank of America, Merrill Lynch e 7ª emissão de debêntures (Energisa MG), o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos ou existir operações similares no mercado. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados pelo custo amovido". Os montantes de tais operações são mensurados pelo custo amovido, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo. Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. • **Limitações:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscamos operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando

Demonstração das despesas para o exercício de 2012, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Geracão	Total
Custo do serviço corrente (com juros)	54	93	-	32	168	347
Juros sobre as obrigações atuarias	52	134	-	108	-	294
Rendimentos esperados dos ativos do plano	3	2	-	-	-	5
Perdas (Ganhos) atuariais não reconhecidos	(3)	(11)	(4)	(3)	-	(18)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	106	218	67	279	3	673

b) Plano de saúde: As controladas Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa NF participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. A Companhia, Energisa MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício. No exercício de 2011 as despesas com esse benefício foram de R\$627 (R\$490 em 2010) na controladora e R\$7.028 (R\$4.876 em 2010) no consolidado.

37. COMPROMISSOS - CONSOLIDADO

As controladas possuem compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ENERGISA NOVA FRIBURGO	2012 a 2014	37.394	38.683	39.940	-	-	-
ENERGISA MINAS GERAIS	2012 a 2044	146.104	153.651	159.254	161.118	163.444	1.556.907
ENERGISA PARAIBA	2012 a 2044	394.911	309.212	258.816	269.238	264.075	4.113.052
ENERGISA SERGIPE	2012 a 2044	300.623	252.278	218.234	224.896	223.179	3.265.056
ENERGISA BORBOREMA	2012 a 2044	72.818	63.020	49.137	51.085	50.509	699.913
Total		951.848	816.824	725.380	706.837	701.207	9.634.927

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos. Representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL. • A energia requerida após 2011, encontra-se em processo de negociação junto ao gerador. • Não estão incluídos os valores referentes a Quota do Proinfra e de Itaipu.

38. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA - CONSOLIDADO

As controladas Energisa SE, Energisa BO, Energisa PB, Energisa MG e Energisa NF assinaram com a ANEEL contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, com as seguintes características:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
Energisa SE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
Energisa BO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Energisa PB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
Energisa MG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
Energisa NF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

39. MEIO AMBIENTE

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar danos indesejáveis; 2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz estudo de impacto ambiental e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia; 3. Uso do etanol em toda a frota flex da empresa, evitando a emissão de CO2. Existe o controle da emissão de CO2 da frota da empresa. 4. Estudo de viabilidade técnica para implantação de fontes alternativas de energia (eólica e biomassa); 5. Operacionalização do Sistema de Gestão Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 – Saúde e Segurança e ISO 14.001 – Meio Ambiente. Com esse sistema, a Energisa e suas controladas, pretendem mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho; 6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de askarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais; 7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, a disponibilização de papa-lâmpada, papa-pilha, cartuchos e baterias, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas. 8. Desenvolvido campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa, proteção de tela dos computadores e distribuição de squeezes para os funcionários com objetivo de diminuir o consumo de papel descartáveis); 9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam preservar a vida. 10. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores; 11. Eficiência Energética, que contribui para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder; 12. A coleta seletiva dos resíduos gerados nas sedes e agências de atendimento das controladas; 13. A controlada Energisa Soluções, desenvolve vários projetos de geração em estudos provenientes de fontes hidráulicas. Os empreendimentos do Grupo Energisa são realizados com todos os cuidados ambientais necessários, alinhados a um desenvolvimento sustentável. A implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) acarreta mudanças e interferências no meio ambiente. Por isso, a preocupação com os possíveis impactos ambientais decorrentes desta atividade faz parte da história e consciência da empresa. Dentre as atividades ambientais realizadas para implantação dos empreendimentos podemos citar: • elaboração e gestão de todo o processo de licenciamento ambiental; • cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas pelos órgão ambientais; • apoio às comunidades e municípios diretamente afetados pela implantação dos empreendimentos; • elaboração e gestão de programas e projetos ambientais, sempre de acordo com a legislação vigente. 14. A controlada Energisa Soluções também atua na prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidroelétricas, atendendo atualmente mais de 120 usinas de diversos clientes. Todas as atividades de nossas equipes são realizadas respeitando-se as políticas e normas contidas no SGMSSM bem como procedimentos e normas internas de nossos clientes, voltadas para o meio ambiente, saúde e segurança. 15. As controladas Energisa PB e Energisa BO, utilizam GNV – Gás Natural Veicular na frota de veículos, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica, uma vez que a sua combustão com excesso de ar tende a ser completa, liberando apenas dióxido de carbono (CO2) e água (H2O). 16. Outras ações: as controladas Energisa PB e Energisa BO apóiam a Reserva Biológica Guaribas, promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que atua no Brejo Paraibano, especificamente em Mamanguape – PB. Com a missão de desenvolver pesquisas na preservação de amostras representativas da Mata Atlântica do Nordeste, preservar amostras representativas dos enclaves de Cerrado do Nordeste e Contribuir, na condição de área-núcleo com os objetivos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A Energisa BO, apoia a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Boremore, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos. As informações não contábeis não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. No exercício de 2011, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$46.712 (R\$21.538 em 2010), sendo R\$41.957 (R\$17.492 em 2010) alocados no ativo imobilizado e R\$4.755 (R\$4.066 em 2010) despesas operacionais, no consolidado.

40. EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição de Investimentos: A Energisa S.A., firmou com a Tonon Bioenergia S.A., 4 (quatro) Contratos de Compra e Venda de Ações de Sociedades de Propósito Específico ("SPES"). Os contratos contemplam um portfólio de ativos e projetos com capacidade instalada de 170 MW em usinas termelétricas movidas a biomassa de cana-de-açúcar, sendo: (i) aquisição de 85% do capital social de duas usinas termelétricas operacionais movidas a biomassa de cana-de-açúcar, totalizando 60 MW neste momento e 90 MW após expansão; e (ii) aquisição de 100% do direito de implementar e explorar comercialmente outras duas usinas termelétricas movidas a biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 80 MW quando se tornarem operacionais. As usinas termelétricas estão localizadas nos Municípios Bocaina (SP) e Maracaju (MS). A concretização das aquisições das SPES acima descritas se dará por R\$140 milhões, após a implementação das condições precedentes previstas nos Contratos de Compra e Venda de Ações e das autorizações dos órgãos reguladores. A Companhia espera realizar investimentos da ordem de R\$350 milhões na implementação das expansões, até meados de 2014, quando a geração anual consolidada exportada pelas 4 (quatro) usinas termelétricas deverá alcançar aproximadamente 81 MW médios. **Taxa de depreciação:** A Resolução Normativa nº 474 da ANEEL, de 7 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço -infraestrutura- utilizada no setor elétrico. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas concessionárias de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos. No entanto, para as concessionárias de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil. A aplicação das novas taxas se dará a partir de 1 de janeiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:

Ivan Muller Botelho - Presidente

Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente

Antônio José de Almeida Carneiro - Conselheiro

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro

Marcilio Marques Moreira - Conselheiro

Membros Suplentes:

Pedro Boardman Carneiro - Suplente

André La Saigne de Botton - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Perez Botelho - Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniilo de Souza Dias - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis - Diretor de Suprimentos e Logística

Antônio José Maciel de Medina - Diretor de Gestão de Pessoas

Superintendente de Controladoria Corporativa: Paulo Henrique Laranjeira da Silva - CRC-RJ 27.866/O-7 "S" MG

Contador: Vicente Cortes de Carvalho - CRC-MG 042523/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Energisa S.A.

Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Energisa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Energisa S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6-F-MG

Vânia Andrade de Souza
 Contadora CRC-RJ-057.497/0-2-S-MG

cretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos: 1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes; 2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e 3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS). Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de controle de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados Inergus e Funasa, respectivamente. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras. Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para os patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial. A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 20 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e sempre demonstrou ser superavitário. Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de benefício definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário. **Plano de contribuições definidas:** A Energisa, Energisa Soluções, Energisa MG e Energisa NF, possuem plano de contribuição definida, bem como as controladas Energisa PB e Energisa SE após a reestruturação apresentada acima. Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2011	2010		2011	2010
Energisa S/A	CD	304	316	3,24	-	-
Energisa MG	CD	228	244	0,96	-	-
Energisa MG	BD	-	-	4,64	2.569	4.586
Energisa NF	CD	91	92	2,06	-	-
Energisa Soluções	CD	291	335	1,52	-	-
Energisa SE	PS	49.354	3.314	1,87	(24.186)	(21.164)
Energisa SE	BD	575	148	7,20	(18.779)	(16.160)
Energisa SE	CD	687	393	2,50	-	-
Energisa PB	PS	274	2.341	0,51	(1.241)	(15.876)
Energisa PB	BD	5.830	6.568	10,84	(25.859)	(26.913)
Energisa PB	CD	601	319	1,12	-	-
Energisa BO	BD	115	171	1,56	2.633	2.373

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuariários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos. A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as regras, aprovada pela Deliberação 600 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial: **Plano de Benefício definido:**

Benefício definido (*)	Inergus		Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(88.318)	(82.632)	(107.130)	(100.041)	(3.695)	(3.536)	(1.698)	(1.601)
Valor justo dos ativos do plano	49.354	54.742	66.260	62.293	7.239	5.278	4.517	5.780
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos... (Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	(38.964)	(27.890)	(40.870)	(37.748)	3.544	1.742	2.819	4.179
Ativo (passivo) líquido	20.185	11.730	15.011	10.835	(911)	631	(250)	407
	(18.779)	(16.160)	(25.859)	(26.913)	2.633	2.373	2.569	4.586

Plano saldado:

Plano Saldado (*)	Inergus		Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(32.347)	(25.725)	(24.355)	(19.493)	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano	8.161	4.561	23.114	3.617	-	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	(24.186)	(21.164)	(1.241)	(15.876)	-	-	-	-

(*) Déficit suportados por contratos de assunção de dívida, firmado pela controlada Energisa SE com o Inergus. Demonstração das despesas para o exercício de 2012, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

Custo do serviço corrente	Inergus		Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	PS (*)	BD (*)	PS (*)	BD	PS	BD	PS	BD
Custo dos juros	1.334	1.277	1.100	1.033	1.033	183	1.033	183
Rendimento esperado do ativo do plano	3.596	9.306	2.723	11.324	398	706	398	706
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	(773)	(4.457)	(2.276)	(5.950)	(12)	(99)	(12)	(99)
Contribuições dos empregados	-	182	-	280	-	280	-	280
Despesas previstas para 2012	4.157	5.237	1.547	5.862	(236)	-	-	-

(*) As despesas previstas para 2012 não impactarão a demonstração de resultado das patrocinadoras Energisa SE (Inergus - planos PS e BD) e Energisa PB (Funasa - plano PS) em face de estarem suportados por contratos de assunção de dívida. Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício:	Inergus		Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	PS	BD	PS	BD	PS	BD	PS	BD
Contribuições da Companhia	3.625	3.240	2.901	4.345	(170)	364	-	-
Ganhos atuariais reconhecidos	-	(621)	-	(5.399)	(90)	-	-	-
Impacto decorrente de redução no plano de benefício	(603)	-	(17.436)	-	-	-	-	-
Outros (reconhecimento de (ganhos) e perdas)	-	-	-	-	-	-	-	1.653
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	24.186	18.779	1.241	25.859	(2.633)	(2.569)	-	-

Os ativos dos planos são:

Cotas de fundos de renda fixa	Inergus		Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
-------------------------------	---------	--	--------	--	-------------	--	-------------	--

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 09.095.183/0001-40

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	389.363	430.243
Disponibilidades, aplicações financeiras e recursos vinculados.....	103.257	161.497
Outros.....	286.106	268.746
Não Circulante	869.664	789.590
Realizável a Longo Prazo.....	262.807	241.915
Investimentos.....	73	121
Intangível.....	606.784	547.554
Total do Ativo.....	1.259.027	1.219.833
PASSIVO		
Circulante	217.909	214.023
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	41.075	40.512
Outras contas a pagar.....	176.834	173.511
Não Circulante	484.892	508.048
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	407.576	426.216
Outras contas a pagar.....	77.316	81.832
Patrimônio Líquido	556.226	497.762
Capital social.....	363.573	316.608
Reservas de capital.....	97.540	97.540
Reservas de lucros.....	56.968	74.847
Ações em tesouraria.....	(538)	(538)
Dividendos adicionais propostos.....	38.683	9.305
Total do Passivo.....	1.259.027	1.219.833

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Receita operacional líquida.....	959.694	880.293
Resultado antes das receitas e despesas financeiras.....	179.626	153.975
Resultado financeiro.....	(29.782)	(18.566)
Lucro líquido antes dos impostos.....	149.844	135.409
Lucro líquido do período.....	122.858	108.481
Lucro por ação básico e diluído - R\$.....	133,81	118,15

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais: Lucro líquido do exercício.....	122.858	108.481
Despesas (receitas) que não afetam o caixa.....	128.864	141.589
Subtotal.....	251.722	250.070
Varições nas contas do ativo circulante e não circulante.....	(74.556)	(96.774)
Varições nas contas do passivo circulante e não circulante.....	(13.778)	(11.328)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais.....	163.388	141.968
Atividades de investimentos: Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos.....	(48.247)	(76.757)
Atividades de financiamento: Captações de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	23.594	83.048
Atividades de financiamento: Pagamento de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	(102.528)	(79.292)
Atividades de financiamento: Pagamento de dividendos.....	(64.596)	(76.856)
Atividades de financiamento: Liquidação de instrumentos financeiros derivativos.....	(1.720)	(38.417)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento.....	(145.250)	(111.517)
Varição líquida do caixa.....	(30.109)	(46.306)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais.....	92.862	139.168
Caixa mais equivalentes de caixa finais.....	62.753	92.862
Varição líquida do caixa.....	(30.109)	(46.306)

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 13.017.462/0001-63

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	290.865	250.085
Disponibilidades, aplicações financeiras e recursos vinculados.....	107.979	105.437
Outros.....	182.886	144.648
Não Circulante	759.206	727.511
Realizável a Longo Prazo.....	111.867	108.557
Investimentos.....	217	202
Intangível.....	647.122	618.752
Total do Ativo.....	1.050.071	977.596
PASSIVO		
Circulante	196.690	151.478
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	47.681	33.632
Outras contas a pagar.....	149.009	117.846
Não Circulante	499.182	500.409
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	446.125	435.198
Outras contas a pagar.....	53.057	65.211
Patrimônio Líquido	354.199	325.709
Capital social.....	319.239	311.068
Reservas de capital.....	3.348	3.348
Reservas de lucros.....	(18)	(18)
Ações em tesouraria.....	15.861	11.242
Dividendos adicionais propostos.....	15.769	69
Total do Passivo.....	1.050.071	977.596

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Receita operacional líquida.....	651.984	568.464
Resultado antes das receitas e despesas financeiras.....	114.336	88.046
Resultado financeiro.....	(50.661)	(38.429)
Lucro líquido antes dos impostos.....	63.675	49.617
Lucro líquido do período.....	53.184	33.826
Lucro por ação básico e diluído - R\$.....	272,03	173,02

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais: Lucro líquido do exercício.....	53.184	33.826
Despesas (receitas) que não afetam o caixa.....	129.444	165.874
Subtotal.....	182.628	199.700
Varições nas contas do ativo circulante e não circulante.....	(111.164)	(71.440)
Varições nas contas do passivo circulante e não circulante.....	18.116	(23.050)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais.....	89.580	105.210
Atividades de investimentos: Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos.....	(13.549)	20.399
Atividades de investimento: Captações de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	22.506	25.584
Atividades de investimento: Pagamento de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	(77.870)	(83.352)
Atividades de investimento: Liquidação de instrumentos financeiros derivativos.....	(4.131)	(98.535)
Atividades de investimento: Pagamento de dividendos.....	(16.093)	(28.803)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento.....	(75.588)	(185.106)
Varição líquida do caixa.....	444	(59.497)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais.....	77.983	137.480
Caixa mais equivalentes de caixa finais.....	78.427	77.983
Varição líquida do caixa.....	444	(59.497)

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 19.527.639/0001-58

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	185.455	178.093
Disponibilidades, aplicações financeiras e recursos vinculados.....	78.521	53.267
Outros.....	106.934	124.826
Não Circulante	269.536	232.753
Realizável a Longo Prazo.....	215.395	175.694
Investimentos.....	2.049	2.057
Intangível.....	52.092	55.002
Total do Ativo.....	454.991	410.846
PASSIVO		
Circulante	129.649	138.115
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	36.712	40.639
Outras contas a pagar.....	92.937	97.476
Não Circulante	257.021	192.443
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	238.940	173.841
Outras contas a pagar.....	18.081	18.602
Patrimônio Líquido	68.321	80.288
Capital social.....	44.171	44.171
Reservas de capital.....	7.921	7.921
Reservas de lucros.....	10.525	8.833
Proposta de distribuição de dividendos adicionais.....	5.704	19.363
Total do Passivo.....	454.991	410.846

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Receita operacional líquida.....	424.681	395.875
Resultado antes das receitas e despesas financeiras.....	72.444	87.063
Resultado financeiro.....	(18.597)	(6.372)
Lucro líquido antes dos impostos.....	53.847	80.691
Lucro líquido do período.....	35.484	53.917
Lucro por ação básico e diluído - R\$.....	78,73	0,12

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais: Lucro líquido do exercício.....	35.484	53.917
Despesas (receitas) que não afetam o caixa.....	64.410	65.784
Subtotal.....	99.894	119.101
Varições nas contas do ativo circulante e não circulante.....	(17.082)	(44.864)
Varições nas contas do passivo circulante e não circulante.....	(10.897)	(12.962)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais.....	71.915	61.275
Atividades de investimentos: Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos.....	(48.107)	(10.790)
Atividades de investimento: Captações de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	92.951	9.432
Atividades de investimento: Pagamento de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	(60.708)	(58.538)
Atividades de investimento: Pagamento de dividendos.....	(56.819)	(38.394)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento.....	(24.576)	(87.500)
Varição líquida do caixa.....	(768)	(37.015)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais.....	29.850	68.866
Caixa mais equivalentes de caixa finais.....	29.082	29.850
Varição líquida do caixa.....	(768)	(37.015)

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 08.826.596/0001-95

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	49.996	61.351
Disponibilidades, aplicações financeiras e recursos vinculados.....	12.338	25.553
Outros.....	37.658	35.798
Não Circulante	106.056	89.463
Realizável a Longo Prazo.....	41.480	36.506
Investimentos.....	84	85
Intangível.....	64.492	52.872
Total do Ativo.....	156.052	150.814
PASSIVO		
Circulante	40.684	40.543
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	8.646	9.225
Outras contas a pagar.....	32.038	31.318
Não Circulante	25.885	25.328
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	21.596	22.004
Outras contas a pagar.....	4.289	3.324
Patrimônio Líquido	89.483	84.943
Capital social.....	52.239	46.836
Reservas de capital.....	24.148	24.148
Reservas de lucros.....	9.426	9.157
Ações em tesouraria.....	(50)	(50)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais.....	3.720	4.853
Total do Passivo.....	156.052	150.814

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Receita operacional líquida.....	147.346	123.221
Resultado antes das receitas e despesas financeiras.....	19.877	12.291
Resultado financeiro.....	(228)	2.842
Lucro líquido antes dos impostos.....	19.649	15.133
Lucro líquido do período.....	17.891	12.628
Lucro por ação básico e diluído - R\$.....	61,08	43,11

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais: Lucro líquido do exercício.....	17.891	12.628
Despesas (receitas) que não afetam o caixa.....	8.519	14.037
Subtotal.....	26.410	26.665
Varições nas contas do ativo circulante e não circulante.....	(8.147)	(4.202)
Varições nas contas do passivo circulante e não circulante.....	(2.519)	593
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais.....	18.744	22.956
Atividades de investimentos: Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos.....	(18.609)	3.952
Atividades de investimento: Captações de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	6.633	2.173
Atividades de investimento: Pagamento de empréstimos, financiamentos, mútuos e outros.....	(10.779)	(17.522)
Atividades de investimento: Pagamento de dividendos.....	(9.996)	(8.930)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento.....	(14.142)	(24.279)
Varição líquida do caixa.....	(14.007)	2.629
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais.....	22.706	20.077
Caixa mais equivalentes de caixa finais.....	8.699	22.706
Varição líquida do caixa.....	(14.007)	2.629

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 33.249.046/0001-06

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	34.295	36.458
Disponibilidades, aplicações financeiras e recursos vinculados.....	4.532	9.547
Outros.....	29.763	26.911
Não Circulante	79.881	65.211
Realizável a Longo Prazo.....	62.294	46.251
Investimentos.....	44	50
Intangível.....	17.543	18.910
Total do Ativo.....	114.176	101.669
PASSIVO		
Circulante	33.323	37.496
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	13.190	15.213
Outras contas a pagar.....	20.133	22.283
Não Circulante	30.267	15.362
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	26.640	11.303
Outras contas a pagar.....	3.627	4.059
Patrimônio Líquido	50.586	48.811
Capital social.....	32.650	32.650
Reservas de capital.....	11.248	11.248
Reservas de lucros.....	4.424	4.117
Proposta de distribuição de dividendos adicionais.....	2.264	796
Total do Passivo.....	114.176	101.669

O Grupo Energisa, com 107 anos de experiência, tem na distribuição de energia elétrica a base principal de seu negócio. Atualmente, controla cinco distribuidoras de energia elétrica no Brasil, nos estados da Paraíba, Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro, prestando serviços a aproximadamente 2,5 milhões de consumidores e uma população de 6,8 milhões de habitantes em 352 municípios, o que representa atendimento a 3,5% da população brasileira e a 10,4% do Nordeste. A trajetória do Grupo se mistura com a história do setor elétrico brasileiro, marcada, sobretudo, pelo pioneirismo que sempre norteou suas ações. Prova disso é o fato de ter sido uma das primeiras empresas a abrir o capital, em 1907, e a obter o registro de nº 3 da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

A estratégia de crescimento para 2012 está focada nas atividades de geração de energia por fontes renováveis, sendo esse um diferencial para garantir o aumento do fluxo de caixa e rentabilidade da empresa. A companhia pretende alcançar a meta de contratar a construção de até 500 MW de potência instalada até o fim de 2017. O Grupo conta atualmente com 95 MW em operação e 358 MW em construção / desenvolvimento. Os investimentos previstos para os próximos três anos são da ordem de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 880 milhões serão direcionados à geração de energia elétrica.

Área de Atuação

